

# em notícia Odemira

Boletim  
Municipal  
2014

## Sentir Odemira

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL VISITA FRE-  
GUESIA DE SANTA CLARA-  
-A-VELHA p. 11

## Investimento

MAIS DE 2 MILHÕES DE  
EUROS DE INVESTIMENTO  
EM NOVO LAGAR DE AZEITE  
NO INTERIOR p. 21

## Qualidade de Vida

AUTARCAS DO ALENTEJO LITO-  
RAL EXIGEM MAIS CUIDADOS DE  
SAÚDE PARA A REGIÃO p. 14

## Desenv. Económico

ALENTEJO NO TOP 20 DOS  
DESTINOS DE PRAIA p. 20

## Conhecimento

MUNICÍPIO DESENVOLVE A  
CANOAGEM E O BTT NO  
CONCELHO pp. 26/27



## Novo quadro legal com mais competências e menos recursos! UM "GRITO" DE REVOLTA EM ODEMIRA!

O início do atual mandato fica marcado pela entrada em vigor da Lei 75/2013 de 12 de setembro - novo regime jurídico das autarquias locais (RJAL) e, desde 1 de janeiro de 2014, pela Lei 73/2013 de 3 de setembro - nova lei das finanças locais (LFL).

Efetivamente, este quadro legal veio estabelecer o modelo de financiamento das autarquias locais, aprovar o estatuto das entidades intermunicipais, as regras da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, bem como as regras de transferência de competências das câmaras municipais para as juntas de freguesia e o novo regime jurídico do associativismo autárquico.

Lamentavelmente e, mais uma vez, o concelho de Odemira sofreu uma discriminação negativa, concluindo-se que os seus efeitos são consideravelmente lesivos do princípio da justa repartição de recursos públicos para os municípios e freguesias de grande extensão territorial e baixas densidades, afetando gravemente a capacidade de gestão e autonomia destes, pois para um concelho como Odemira que representa 2% do território nacional e 6% do Alentejo, com 1.721 Km<sup>2</sup> de área (2,5 vezes maior que a área da ilha da Madeira), com 80 aglomerados populacionais, com mais de 500 Km de estradas e caminhos pavimentados, 2.500 Km de caminhos em terra batida, mais de 55 Km de costa atlântica totalmente em Parque Natural fortemente condicionado, são atribuídos apenas 13,3 milhões de euros para o município e 1,2 milhões para as suas 13 freguesias, quando no conjunto dos municípios e freguesias do país são disponibilizados mais de 2.350 milhões de euros em 2014, ou seja, apenas 0,6% dos recursos a distribuir aos Municípios serão para Odemira, correspondendo a uma redução efetiva anual de 7,5 milhões de euros relativamente ao que deveria estar a receber pela aplicação da anterior Lei das Finanças Locais, comprovado pela comunicação da DGAL em 2009 ao Município.

Por outro lado, constata-se que com este quadro legal são retiradas importantes receitas aos municípios, uma vez que é eliminada em 3 anos, como receita municipal a partir de 2016, o produto da cobrança do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e transferido para as entidades intermunicipais o montante de 0,3% do FEF entre isenções diversas no IMI e novas afetações a receitas das freguesias, que passam a receber 100% do IMI rústico e 1% do IMI urbano.

Mas, ao mesmo tempo que a Lei 73/2013 promove a redução de recursos das autarquias, pelo contrário, a Lei 75/2013 consagra como atribuição das autarquias tudo o que diga respeito à promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, o mesmo valendo a propósito das entidades intermunicipais, enquanto integradoras de um conjunto de municípios.

Relativamente às freguesias, importa referir que este quadro legal lhes atribui novas receitas, mas vem ampliar consideravelmente as suas competências, designadamente no que respeita a: conservação, gestão e limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos; gestão e manutenção de parques infantis, chafarizes e fontanários; conservação e reparação de sinalização vertical não iluminada instalada nas vias municipais; manutenção e conservação de pavimentos pedonais e ainda as competências de controlo prévio, como sucede no caso da venda ambulante de lotarias ou das atividades ruidosas de caráter temporário.

Parece que o Governo deu como adquirido que desde o dia seguinte às eleições autárquicas de 29 de setembro último, todas as Juntas de Freguesia teriam recursos humanos, materiais e técnicos suficientes para lidar com todas as suas novas competências que a lei 75/2013 lhes atribuiu, o que de modo algum sucede, designadamente em concelhos como Odemira.

Na verdade, o Governo deve ter-se esquecido de ponderar os efeitos práticos da sua aplicação e do considerável acréscimo de competências das freguesias face ao ínfimo acréscimo de recursos previstos no Orçamento de Estado de 2014, com efeitos catastróficos nas freguesias de tipo rural, ou seja, em territórios de baixa densidade e de grandes extensões territoriais, como sucede em Odemira.

Neste quadro, não podemos deixar de "gritar" contra a injustiça deste novo quadro legal que importa denunciar e repudiar, pois constitui mais uma agressão à autonomia do poder local, ignorando as recomendações da ANMP e da ANAFRE aquando da discussão das propostas de Lei, preferindo os seus responsáveis apostar no experimentalismo.

Mas há mais... Brevemente vamos ter novas leis, com base nas propostas de Lei n.º 183/XII - Lei de bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, proposta de Lei n.º 125/XII - Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e a Proposta de Lei n.º 140/XII - que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de facturação e contra-ordenacional, entre outras já anunciadas. Pelas matérias prometem! Certamente que trarão mais imposições, restrições, e muitas expectativas... Venha o que vier, cá estamos!..

Aos cépticos de sempre, já vou anunciando... em 2014 comemoraremos de forma efusiva os 40 anos de Liberdade e Democracia.

O Presidente da Câmara Municipal de Odemira,

José Alberto Candeias Guerreiro

## Pelouros e atendimento público dos eleitos na Câmara Municipal



**Presidente José Alberto Guerreiro**  
Coordenação Geral dos Serviços  
Coordenação da Atividade Municipal  
Coordenação Inter-institucional  
Apoio aos Eleitos Locais  
Apoio ao Empresário  
Aprovisionamento  
Obras por Empreitada  
Fundos Comunitários  
Proteção Civil e Segurança  
Atendimento ao público: quinzenalmente à quinta-feira, a partir das 10.00h (marcação prévia)



**Vereador Helder Guerreiro**  
(Vice-Presidente)  
Ambiente (Água de Abastecimento, Águas Residuais, Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza de Praias, Sustentabilidade Ambiental, Canil Municipal)  
Educação  
Desporto e Tempos Livres  
Juventude  
Proteção Civil (substituto)  
Atendimento ao público: quinzenalmente à quinta-feira, a partir das 10.00h (marcação prévia)



**Vereadora Deolinda Seno Luís**  
Ação Social e Saúde  
Cultura  
Contencioso, Assessoria Jurídica e Notariado  
Finanças e Património  
Recursos Humanos  
Atendimento ao público: quintas-feiras, a partir das 10.00h (marcação prévia)



**Vereador Ricardo Cardoso**  
Projeto de Modernização Administrativa  
Atendimento, Gestão Documental e Arquivo  
Comunicação, Informação e Informática  
Qualidade e Controlo de Gestão  
Feiras e Mercados  
Desenvolvimento Económico  
Infraestruturas e Logística (Espaços Públicos e Jardins, Rede Viária, Trânsito e Toponímia, Cemitérios, Obras por Administração Direta, Transportes, Máquinas e Oficinas)  
Atendimento ao público: quintas-feiras, a partir das 10.00h (marcação prévia)



**Vereador Pedro Ramos**  
Licenciamento de Operações Urbanísticas e Atividades Económicas  
Habitação e Reabilitação Urbana  
Fiscalização  
Ordenamento e Planeamento (Estudos e Projetos, Topografia e Desenho, Sistema de Informação Geográfica)  
Atendimento ao público: quartas-feiras, a partir das 10.00h (marcação prévia)



**Vereador Manuel da Silva Cruz**  
Sem pelouros atribuídos



**Vereador Jaime Manuel Costa**  
Sem pelouros atribuídos

### Ficha Técnica

**Edição:** Município de Odemira **Diretor:** José Alberto Guerreiro **Coordenação:** Isabel Vilhena **Coordenação de imagem:** Daniel Coelho **Produção:** Divisão de Comunicação e Informação **Redação:** Isabel Vilhena, Marlene Coelho, Paulo Jacob **Fotografia:** Luís Guerreiro **Design Gráfico:** Sónia Carraço **Colaboradores:** Olga Vieira, Vanda Gaspar **Impressão:** Gráfica Mira d'Acerto **Periodicidade:** Bimestral **Tiragem:** 4000 exemplares **Distribuição:** Município de Odemira



O orçamento do Município de Odemira para 2014 será de 30 milhões e 710 mil euros, ou seja, menos 8% que em 2013.

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano foram aprovados, por maioria, pela Câmara Municipal, no dia 13 de dezembro (com os votos a favor do PS e os votos contra da CDU), e por maioria pela Assembleia Municipal, no dia 20 de dezembro (com 17 votos a favor do PS, 11 contra da CDU, 1 contra do BE e 2 abstenções da Coligação Odemira com Futuro).

As Grandes Opções do Plano do Município de Odemira para 2014 têm como matriz:

No **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E EMPREGO** pretende-se criar o ninho de empresas, apoiar as associações empresariais, captar investimento nas energias renováveis, promover o concelho e a oferta turística, incentivar o empreende-

dorismo, projetar novas zonas de fixação empresarial e incrementar o Parque Empresarial da Boavista dos Pinheiros.

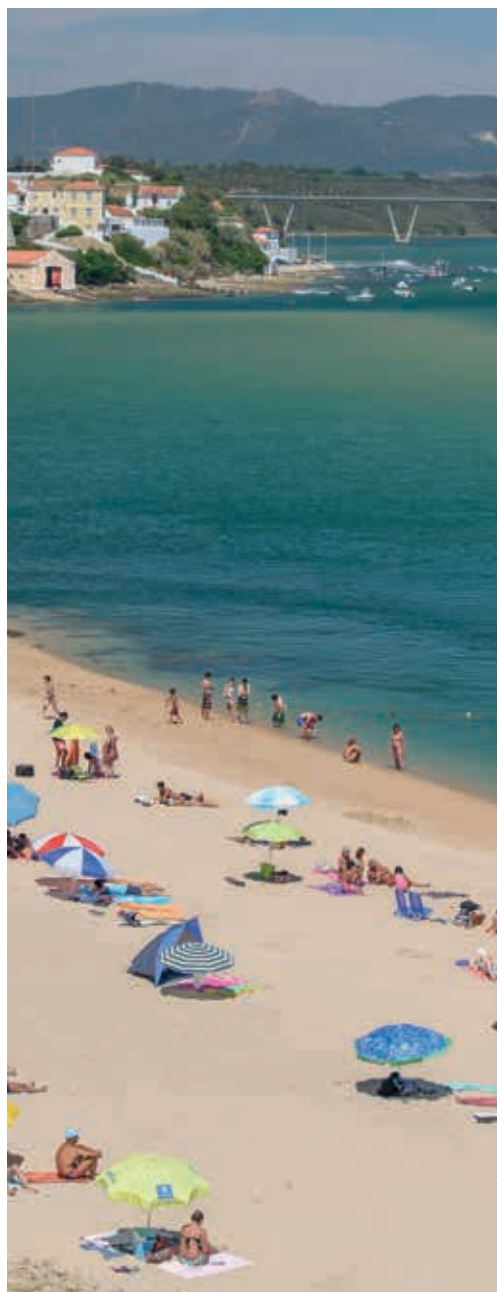
Na **INCLUSÃO E SOLIDARIEDADE** serão incrementadas políticas de envelhecimento ativo, apoio ao voluntariado e apoio aos mais carenciados (com o reforço do Cartão Social Municipal e do Apoio ao Arrendamento) e aprofundadas as parcerias com as IPSS's na concretização de novas e renovadas respostas sociais.

Na **PARTICIPAÇÃO CÍVICA E GESTÃO PÚBLICA** será incrementada a participação cívica através de mecanismos do orçamento participativo e discussão pública das principais estratégias e projetos locais, continuando a modernização dos serviços municipais e valorizar, formar e promover a motivação dos quadros do município.

Na **EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO** será implementado o Projeto Educativo Municipal e continuada a reforma do Parque Escolar, criando condições para assumir de forma sustentada a gestão de novas competências na Educação, numa ação intimamente ligada à dinamização e qualificação da oferta cultural, como fator de diferenciação e de promoção de capacidade criativa, aliados a uma política de juventude ativa e inovadora.

Na **QUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL** serão concretizadas intervenções em Sabóia, S. Teotónio, Vila Nova de Milfontes e no âmbito do Polis do Litoral Sudoeste, que inclui operações de qualificação urbana e ambiental no litoral; serão implementados novos modelos de gestão ambiental, em especial na limpeza urbana, recolha de resíduos, água e saneamento básico, e será desenvolvida a estratégia Municipal de Eficiência Hídrica e Energética.





## ODEMIRA AFIRMA-SE PELA QUALIDADE E DIVERSIDADE

**Entrevista a José Alberto Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal de Odemira**

Apesar da redução orçamental para 2014, o executivo da Câmara Municipal de Odemira tem a ambição de concretizar novas iniciativas.

**O Município de Odemira conta em 2014 com um orçamento de 30,3 milhões de euros, ou seja, uma redução de 8% relativamente a 2013. A que se deve essa redução?**

Trata-se de uma redução forçada pela redução de receitas, pois o Orçamento de Estado (OE) para 2014 ditou uma redução de 377 mil euros nas transferências do Estado para a Câmara Municipal de Odemira, cujas verbas têm vindo a reduzir-se desde 2009. Mas não são apenas menos receitas, pois o OE para 2014 impôs também um acréscimo de transferências das autarquias para a Caixa Geral de Aposentações de 20% para 23,75%, que já haviam crescido em 2012 de 15% para 20%, o que implica uma despesa adicional de 180 mil euros, ou seja, a quebra de receitas disponíveis acentua-se, somando ao aumento geral dos preços (energia, transportes, combustíveis) e dos impostos a uma redução significativa das receitas próprias do Município, decorrente essencialmente da

quebra do setor da construção civil.

Odemira tem apostado forte nas candidaturas a fundos comunitários, sendo um dos municípios do Alentejo que conseguiu mais financiamentos, mas isso não é suficiente e tem objetivos consignados. O atual e futuro desafio das autarquias é fazer mais, ou pelo menos o mesmo, com menos recursos.

**Para o atual mandato definiu as linhas gerais e prioridades. Face às restrições que descreveu a estratégia pode ficar condicionada?**

Nem pensar. Há muito trabalho a fazer e não apenas nas prioridades que traçamos, pois há urgências que surgem todos os dias e que são de fundamental importância local. Neste momento, a maior urgência passa por vencer a enorme dificuldade no acesso aos cuidados de saúde devida ao brutal aumento das taxas moderadoras e pela carência de serviços, pelo que urge o reforço do quadro de médicos de

família, enfermeiros e administrativos, bem como o apoio condigno no transporte de doentes, que o estado tem vindo a cortar.

**Foi apontada como prioridade a promoção do desenvolvimento económico, apostando na captação de empresas. De que forma se pretende captar investimentos e iniciativas?**

Através de programas de incentivo e apoio, mas será também pela revisão das restrições sobre o território impostas por lei e pela redução da excessiva burocracia, que dificulta, e muito, a atração de investimento gerador de emprego. Muito urgente, é cada vez mais uma política concertada entre a União Europeia, o Estado e as autarquias no combate ao despovoamento e definhamento do interior.

No apoio e promoção à atividade económica e empreendedorismo, destaco a definição e implementação do programa “Odemira Empreende”, cujo normativo e

regulamentos se desenvolverá no 1º trimestre do ano, composto de medidas de apoio e incentivo à atividade económica local, ao incremento de iniciativas empresariais, ao reconhecimento da inovação e empreendedorismo, e à criação de emprego, ao apoio de projetos como a Rota Vicentina, à promoção e dinamização local e regional que inclui o apoio a candidaturas e financiamentos, à realização de feiras e certames locais e à criação e dinamização de um ninho de empresas e

“Neste momento, a maior urgência passa por vencer a enorme dificuldade no acesso aos cuidados de saúde (...)”

de zonas de fixação empresarial. Estamos fortemente determinados no apoio a um conjunto de projetos que pretendem revigorar o interior do concelho, e muito em especial em torno da Barragem de Santa Clara, bem como da valorização das atividades agrícolas e certificação dos produtos endógenos.

### **De que forma pretende o município qualificar o território? Estão previstas outras obras de requalificações urbanas?**

No âmbito das grandes intervenções de requalificação e valorização do território, estão previstas em 2014/15, as intervenções de requalificações urbanas para a Zambujeira do Mar e Vila Nova de Milfontes, ambas integradas no Polis Sudoeste e em ações municipais candidatas ao QREN/InAlentejo, bem como a concretização da requalificação da baixa de Sabóia, a continuação da execução da variante da avenida das escolas em S. Teotónio, do jardim local e do jardim central em Vila Nova de Milfontes, entre outras intervenções de menor dimensão.

### **Quando têm início as obras do Programa Polis?**

Em 2014, pois já se iniciaram as intervenções na zona norte da praia de Odeceixe e na praia das Furnas e estão a decorrer outros concursos. Acredito desde o princípio neste programa, que tem projetos essenciais para requalificar e valorizar o litoral, num investimento global que só no concelho de Odemira ascende a mais de 15 milhões de euros.

### **O turismo é assumido como um dos motores de desenvolvimento económico do concelho? Qual a estratégia da autarquia para promover o litoral e as praias?**

Atualmente podemos afirmar que o litoral

tem uma estratégia baseada no turismo de natureza, de lazer e recreio, com especial destaque para o sucesso da “Rota Vicentina” que muito tem contribuído para a internacionalização da procura turística, os desportos da natureza, a pesca desportiva, a qualidade do seu pescado e mariscos, a promoção do sol e mar e com isso traçar rotas turísticas pelo interior, valorizando os produtos endógenos, a cultura, tradições e arquitetura tradicional.

### **O concelho tem duas praias entre as “7 Praias Maravilhas de Portugal”. Como vai ser depois dos estragos da tempestade Hércules?**

Sem dúvida que ninguém ficou indiferente ao galardão atribuído justamente às praias da Zambujeira do Mar e Furnas. O Município promoveu uma campanha de sucesso “As melhores praias de Portugal”, que evidenciou esse caso único em Portugal e com isso despertou a curiosidade e o desejo dos veraneantes na procura deste destino turístico em pleno Parque Natural. A recente tempestade Hércules danificou a costa, provocou danos avultados de mais de 500 mil euros mas não baixamos os braços e com a ajuda das entidades com jurisdição no litoral vamos repor a normalidade possível até ao verão.

### **Odemira é um concelho de grande produção agrícola. Há investimentos em curso ou programados nesse sector?**

Recentemente ficou concluído e já labora o lagar do Vale da Casca, junto ao Monte da Estrada, que vem potenciar o crescimento do sector olivícola no interior do concelho. Estão também a decorrer alguns investimentos agrícolas no Perímetro de Rega do Mira (PRM), num investimento global superior a 10 milhões de euros, em áreas como a produção dos pequenos frutos, hortícolas, flores de corte e batata doce. Estão utilizados 1.800ha (15% do PRM) pelos agroindustriais, concedendo emprego direto a mais de 2.000 pessoas. As agroindústrias são uma atividade de elevada produtividade que produz 75 milhões de euros de volume de vendas, a maior parte para exportação. O potencial da região em água e condições climáticas constitui um trunfo muito forte que está a gerar procura dos novos investidores e que ainda pode crescer. O peso desta atividade pode ganhar maior expressão se houver maior apoio na celeridade das políticas públicas e abertura do financiamento bancário.

### **Como é que Odemira se pode afirmar no litoral e na região?**



Temos um pouco de tudo. A diversidade é a nossa maior riqueza. A natureza deixou neste concelho características que queremos preservar e conservar. Odemira afirma-se tirando partido destas qualidades ambientais. O Parque Natural tem de ser uma mais-valia, apesar das condicionantes que tem. Não podemos ver estas restrições como um drama, mas sim como algo que nos diferencia. Tem de imperar o bom senso, de modo a que possamos também ter a exploração desses recursos, quer pela via da agricultura, quer pela via do turismo, com equilíbrio e sustentabilidade. Por outro lado, os Odemirenses sabem receber bem, somos Alentejanos, temos cultura própria, tradição, boa gastronomia e somos solidários com o próximo. Oferecemos sol, mar e serra. O Sudoeste é distante dos grandes centros, mas é cada vez mais competitivo e qualificado... mas precisamos de melhores acessibilidades.

“Estamos fortemente determinados no apoio a um conjunto de projetos que pretendem revigorar o interior do concelho (...), bem como da valorização das atividades agrícolas e certificação dos produtos endógenos.”

### **A localização condiciona, mas as acessibilidades continuam na mesma. Acredita que o concelho perde por não ter melhores acessos?**

Neste momento, não sendo entrave, acaba por não constituir uma mais-valia. Não



# >> gestão pública

## >> administração local

contribui para “destacar” as potencialidades do concelho. Este território quer ser mais competitivo, especialmente nos domínios florestal, agrícola e turístico. São muitos milhões de euros e muitos empregos que aqui se geram. Continuamos a acreditar que este é um mercado que tem futuro e que devem ser criadas condições para crescer a sua atratividade. Para além do necessário escoamento dos produtos, é também preciso ter em conta a vocação turística do concelho, que temos e em que podemos crescer, se tivermos uma boa ligação aos grandes eixos rodoviários. Deve haver um olhar diferente. O IP8 faz falta, mas Odemira continuará a 60 km dele e a idêntica distância do Hospital do Litoral Alentejano, situação que também deve pesar na avaliação e decisão de “Aproximar Odemira”. O IC4 é uma via fundamental, porque este potencial imenso do concelho “explodia” com boas acessibilidades. Estamos a mais de 40 km da autoestrada, com um acesso difícil, e isso é condicionador das nossas aspirações.

**Outras prioridades deste mandato são o incremento do apoio social e construção de infraestruturas e equipamentos ainda em falta no território. Que investimentos destaca?**

Estamos numa fase de conclusão das obras financiadas pelo QREN e pelo Município na construção de novos lares promovidos por instituições locais, que representam cerca de cinco milhões de euros. Em 2014 terá início a construção do novo lar de Relíquias, com financiamento do InAlentejo e do Município de Odemira. Estes projetos representam a criação de 140 camas de lar, 24 das quais para pessoas com deficiência, constituindo uma dinâmica local muito importante.

Na educação destaca-se para 2014 a conclusão dos projetos dos Centros Escolares no concelho, como são os casos de S. Teotónio e S. Luís, este em alteração de projeto após a discussão pública local e a revisão do projeto de Longueira/Almograve a candidatar ao Quadro Estratégico Comum (QEC).

No reforço das infraestruturas básicas, continuaremos a qualificação das nossas principais acessibilidades, com o reforço de pavimentos de desgaste e sinalização das vias, no alargamento do CM1126 entre a EN263 e Vale Ferro (já em curso) e na concretização de pequenos projetos de eletrificação rural. Estamos também já a trabalhar na Estratégia Municipal de Eficiência Hídrica e Energética 2014-2020, entre muitas outras iniciativas.

**Um dos pilares do anterior e do atual mandato é a valorização das pessoas, a inclusão e a participação cívica. Esta tem sido uma aposta de sucesso?**

A pensar nas pessoas e apesar das restrições orçamentais que condicionam a atuação dos municípios, continuaremos a apoiar mensalmente a APCO, propondo-se em 2014, tal como em 2013, o reforço das verbas a disponibilizar para implementação de novos pedidos do Car-

“Este território quer ser mais competitivo, especialmente nos domínios florestal, agrícola e turístico. São muitos milhões de euros e muitos empregos que aqui se geram. Continuamos a acreditar que este é um mercado que tem futuro e que devem ser criadas condições para crescer a sua atratividade.”

tão Social Municipal e de Apoio ao Arrendamento (ambos em vigor desde 2010), a promover o programa de Envelhecimento Ativo, e continuaremos envolvidos em diversas parcerias com as IPSS locais que pretendem criar novas e importantes respostas sociais no concelho.

Neste domínio assumimos para 2014 a totalidade dos transportes escolares no ensino obrigatório, o acréscimo de 10 bolsas de estudo a alunos no ensino superior, a implementação da inovadora plataforma OPECO e a continuação da concretização do Projeto Educativo Municipal.

Na promoção da cidadania e da participação dos cidadãos na gestão pública, destaco que em 2014 continuará a implementação do Orçamento Participativo, contribuindo para incrementar o panorama de participação da população de Odemira na gestão do seu concelho.

**O município tem apostado nas parcerias com as entidades e agentes de desenvolvimento local, trabalhando em conjunto para o concelho. Vai continuar a ser assim?**

Em 2014, e não obstante a nova Lei 75/2013 e as restrições orçamentais impostas ao município, foram estabelecidas parcerias com as Juntas de Freguesia no montante global de 1.309.000,00€, continuando desta forma a política seguida pelo município desde há mais de uma década, atribuindo apoios financeiros significativos às freguesias, para que estas possam continuar a colaborar com a câmara

em diversas áreas.

Entendemos estas parcerias como um instrumento de gestão que queremos que seja, cada vez mais eficaz e transparente, e que reflitam os critérios legais e as exigências e orientações superiormente definidos pela Assembleia da República, no âmbito da Lei 75/2013, e não como alguns parecem querer entender, que a Câmara deveria “dar dinheiro para gastar onde e como entenderem”.

Também estão previstas em 2014 diversas parcerias com outras entidades, nas áreas da cultura, desporto e apoio social.

**Afirmou no seu discurso de tomada de posse que pretende continuar uma gestão de rigor e implementar medidas de controlo interno cada vez mais exigentes. A modernização dos serviços municipais tem possibilitado esse rigor e controle?**

Sem dúvida. O processo de modernização administrativa dos serviços está em curso e é fundamental, cuja candidatura ao programa “Compete”, foi aprovada em 2013, com uma dotação de 1,1 milhões de euros, continuando em 2014, através da implementação de novas medidas de simplificação e modernização administrativa constantes do programa “Odemira Simplifica”, que tem vindo a tornar mais eficaz e eficiente o processo de atendimento, processamento, decisão e controlo de gestão. Pretende-se em 2014 continuar o processo de certificação de serviços e implementar uma crescente descentralização de funções. A concretização destes processos permite implementar medidas de maior eficiência e eficácia e indicadores de controlo de gestão online.

**Muitas autarquias encontram-se em situações financeiras difíceis. Como estão as contas de Odemira? Qual a perspetiva financeira para os próximos anos?**

O Município de Odemira tem uma gestão equilibrada! Pagamos regularmente entre 30 e 60 dias e a dívida de médio/longo prazo tem vindo a reduzir, tendo um encargo anual sem expressão orçamental, ou seja, perfeitamente dentro da capacidade financeira da autarquia. Em suma, as finanças municipais em Odemira são geridas com responsabilidade, tendo as contas em dia em todas as participações e associações do município. Quanto ao futuro, a incerteza centra-se na receita anual que é uma variável imprevisível e muito dependente do quadro legal e da aplicação que os governos lhes derem. Odemira tem razões para estar relativamente otimista face ao equilíbrio orçamental que tem mantido.



#### Ranking nacional

## ODEMIRA NO TOP 100 DOS 308 CONCELHOS PORTUGUESES

### Odemira na 9ª posição entre os 58 municípios do Alentejo e Ribatejo

Odemira surge em destaque no ranking de municípios portugueses, onde ocupa a 4ª posição na categoria turismo no ranking da região Alentejo / Ribatejo. Odemira posiciona-se na 9ª posição do ranking geral da região e a 88ª posição no total dos 308 municípios. Odemira surge entre os nove municípios alentejanos no top 100 nacional.

O ranking avalia e classifica os municípios de acordo com a performance em três dimensões: Negócios (Investimento), Visitar (Turismo) e Viver (Talento), medindo a capacidade de atrair empresas, turistas e população.

O ranking, que foi elaborado pela empresa de consultoria internacional Bloom Con-

sulting, integra três variáveis. Na primeira variável (dados estatísticos), a economia é medida a partir da avaliação do tecido empresarial, nomeadamente o n.º de empresas e de novas empresas; os dados sobre o turismo cruzam informação sobre o crescimento do n.º de dormidas e a taxa de ocupação hoteleira; os dados de talento consideram o n.º de habitantes, as taxas de crescimento da população e emprego, o poder de compra, a criminalidade, os cuidados de saúde e os estabelecimentos de ensino. Na segunda variável é analisada a informação que cada pessoa procura nos motores de busca na internet sobre cada município, através de uma nova ferramenta, o Digital Demand, relacionando 1300 palavras-chave com os temas da primeira variável. Na terceira variável é

avaliada a performance (promoção e comunicação) de cada município nas plataformas digitais (website e redes sociais).

Nos 10 primeiros lugares só entram capitais de distrito e cidades das áreas metropolitanas. A cidade de Lisboa lidera o ranking, seguido do Porto e Braga.

De acordo com a Bloom Consulting "O objetivo do ranking é despertar de atenção quanto à marca do município. A marca nem sempre é valorizada e é um enorme ativo. O relatório vai permitir analisar o que as pessoas procuram, de onde procuram, quando procuram, e comparar com outras cidades. Isso permitirá decidir o que se tem para gastar de forma mais eficiente."

### Ranking regional Alentejo e Vale do Tejo

Posição geral na região	Posição "Negócios" (Região)	Posição "Visitar" (Região)	Posição "Viver" (Região)	Município	Posição geral no país
1	1	1	1	Évora	12
2	2	3	4	Sines	29
3	5	2	3	Beja	36
4	6	6	2	Santarém	45
5	7	7	6	Elvas	68
6	11	5	9	Grândola	79
7	9	16	5	Portalegre	81
8	13	9	10	Santiago do Cacém	85
9	15	4	15	Odemira	88
10	4	18	11	Benavente	105

# >> gestão pública

## >> administração local

### NOVAS COMPETÊNCIAS E NOVOS ACORDOS DE COLABORAÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA

A nova Lei 75/2013, que revogou o artº 64 da Lei 169/99 e vigora desde 30 de setembro de 2013, determina novas competências para as Juntas de Freguesia e para as Câmaras Municipais e a forma de Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia, concedendo um prazo de 180 dias para a formalização de Contratos de Execução de Delegação de Competências entre estas entidades (até à sua concretização, essas competências são exercidas pela Câmara).

Até à concretização dos Acordos de Execução, foi aprovada para 2014 a celebração de Acordos de Colaboração entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal de Odemira, por forma a continuar a servir cabalmente e em proximidade as solicitações básicas dos municípios.

Os acordos assumidos por todas as Juntas têm por objetivo a sua colaboração na execução das ações da competência do município, transferindo-se da Câmara Municipal, mensalmente, os duodécimos relativos às verbas aprovadas, nas seguintes áreas de ação:

#### Espaços verdes:

- Gestão e conservação de jardins e de outros espaços ajardinados.

#### Educação:

- Transportes escolares referentes, em circuitos especiais ou normais e em complemento aos efetuados pela câmara;
- Tecnologias de Informação e Comunicação, no que se refere aos consumos decorrentes das ligações telefónicas;
- Manutenção e pequenas reparações nas escolas do 1º ciclo do ensino básico e do ensino pré-escolar.

#### Ambiente:

- Assegurar a limpeza de praias, incluindo a do areal;
- Manutenção das portinholas dos contadores, cobrança de faturas e/ou recibos relativas às taxas ou tarifas e quotas de serviço respeitantes ao consumo de água, recolha de resíduos sólidos urbanos e saneamento (esgotos), na área da freguesia, sem prejuízo dos meios alternativos para o efeito ao dispor do município;
- Assegurar a limpeza de vias e espaços públicos das localidades da freguesia, bem como a limpeza assídua das papeleiras, sargetas e sumidouros na área da freguesia.
- Assegurar a gestão de feiras e mercados na área da freguesia.

Gestão de equipamentos municipais:

- Assegurar a gestão dos equipamentos acordados na área da freguesia.

#### Pequenos investimentos locais:

- Aquisição de Equipamentos e Serviços na execução de pequenas obras na área da freguesia.

#### NOVAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DAS JUNTAS DE FREGUESIA

Importa referir que a lei 75/2013 vem ampliar as competências próprias das Juntas de Freguesia, nas seguintes áreas de ação:

- Manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais;
- Conservação, gestão e limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos;
- Gestão e manutenção de parques infantis, chafarizes e fontanários;
- Colocação e manutenção de placas toponímicas;
- Conservação e reparação de sinalização vertical não iluminada instalada nas vias municipais;
- Competências de controlo prévio, como no caso dos arrumadores de automóveis, da venda ambulante de lotarias ou das atividades ruidosas de caráter temporário.



TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS: 2013 e 2014							
Freguesia	ESTADO PARA AS FREGUESIAS		MUNICÍPIO PARA AS FREGUESIAS		TOTAL ESTADO + CMO PARA FREGUESIAS		
	2014	Diferença entre 2013-2014	2014	Diferença entre 2013-2014	Verbas totais a receber pelas freguesias em 2014	Diferença total 2013-2014	%
	Verbas a transferir pelo Estado (*)		Verbas a transferir pela CMO (**)				
Boavista dos Pinheiros	43.954,00 €	-605,00 €	63.859,77 €	-853,22 €	107.813,77 €	-1.458,22 €	-1,33%
Colos	79.366,00 €	14.176,00 €	91.691,73 €	-317,36 €	171.057,73 €	13.858,64 €	8,82%
Longueira / Almogrove	49.362,00 €	-680,00 €	80.459,21 €	121,31 €	129.821,21 €	-558,69 €	-0,43%
Luzianes-Gare	55.396,00 €	-763,00 €	58.816,72 €	-4.814,05 €	114.212,72 €	-5.577,05 €	-4,66%
Relíquias	66.679,00 €	-918,00 €	70.923,53 €	-16.964,85 €	137.602,53 €	-17.882,85 €	-11,50%
S. Luís	94.092,00 €	-1.296,00 €	82.795,10 €	-49.516,73 €	176.887,10 €	-50.812,73 €	-22,32%
S. Martinho das Amoreiras	76.916,00 €	-1.059,00 €	83.221,11 €	-6.604,67 €	160.137,11 €	-7.663,67 €	-4,57%
S. Teotónio	256.969,00 €	30.441,00 €	262.686,08 €	-65.303,30 €	519.655,08 €	-34.862,30 €	-6,29%
Sabóia	81.315,00 €	-1.120,00 €	91.798,93 €	-24.385,88 €	173.113,93 €	-25.505,88 €	-12,84%
S. Salvador / Santa Maria	141.509,00 €	16.763,00 €	74.512,01 €	-65.971,57 €	216.021,01 €	-49.208,57 €	-18,55%
Santa Clara-a-Velha	114.270,00 €	13.537,00 €	103.088,85 €	-26.163,53 €	217.358,85 €	-12.626,53 €	-5,49%
Vale de Santiago	97.357,00 €	6.759,00 €	76.712,27 €	-36.216,81 €	174.069,27 €	-29.457,81 €	-14,47%
Vila Nova de Milfontes	75.119,00 €	-1.034,00 €	179.467,17 €	-3.998,65 €	254.586,17 €	-5.032,65 €	-1,94%
Total	1.232.304,00 €	74.201,00 €	1.320.032,48 €	-300.989,31 €	2.552.336,48 €	-238.469,97 €	-8,54%

(\*) Estas verbas são destinadas ao exercício das competências próprias das freguesias.

(\*\*) Estas verbas são destinadas à realização das ações de colaboração com o município, discriminadas no acordo assinado.

NOTA : Acresce a estas receitas das Juntas de Freguesia, relativamente a 2013, 50% do IMI rústico e 1% do IMI urbano, ou seja, entre 50 e 80 mil euros.

Acresce aos apoios da CMO, o valor de 297.808,48€ de encargos com o pessoal atualmente ao serviço das juntas e diversos apoios em festas e romarias.

Acrescem ainda apoios no transporte de inertes e cedência de motoniveladora às Juntas de Freguesia, para conservação de caminhos.



### CÂMARA MUNICIPAL CONDENA O REGIME JURÍDICO E NOVA LEI DE FINANÇAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS



A Câmara Municipal de Odemira aprovou, por unanimidade, uma moção contra o novo Regime Jurídico (Lei 75/2013) e Nova Lei das Finanças das Autarquias Locais (Lei 73/2013), considerando este quadro legal um retrocesso no poder local democrático, bem como inaceitável o corte de 7,5 milhões nas transferências financeiras para Odemira, que a Lei 73/2013 impõe.

Para os autarcas odemirenses, este novo regime legal “Estabelece um quadro negro para o atual mandato autárquico que importa denunciar e repudiar, ignorando as recomendações da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) aquando da discussão da proposta de Lei e apostando no experimentalismo”.

A Câmara Municipal condena “O atentado ao poder local e à coerência das políticas territoriais” e denuncia “A ignorância que estas Leis fazem da Constituição da República, não propiciando a justa repartição dos recursos do Estado e iludindo a necessária criação das regiões administrativas”.

Para um concelho como o de Odemira, que “Representa 2% do território nacional e 6% do Alentejo, com 1721 Km<sup>2</sup> de área (2,5 vezes maior que a área da ilha da Madeira), com 80 aglomerados populacionais, com mais de 500 Km de estradas e caminhos pavimentados, 2.500 Km de caminhos em terra batida, mais de 55 Km de Costa Atlântica totalmente em Parque Natural fortemente condicionado, os efeitos práticos da aplicação da lei 73/2013, constituem um passo atrás, pois são disponibilizados em 2014, recursos de 13.3 milhões de euros para o município e 1,2 milhões para as suas 13 freguesias, correspondendo a uma redução efetiva anual de 7,5 milhões de euros relativamente ao que deveria estar a receber pela aplicação da anterior Lei das Finanças Locais, constatando-se que globalmente a participação dos municípios nos impostos do Estado será idêntica àquela que receberam em 2005”.



# >> gestão pública

## >> administração local

IC4 excluído das prioridades do Governo

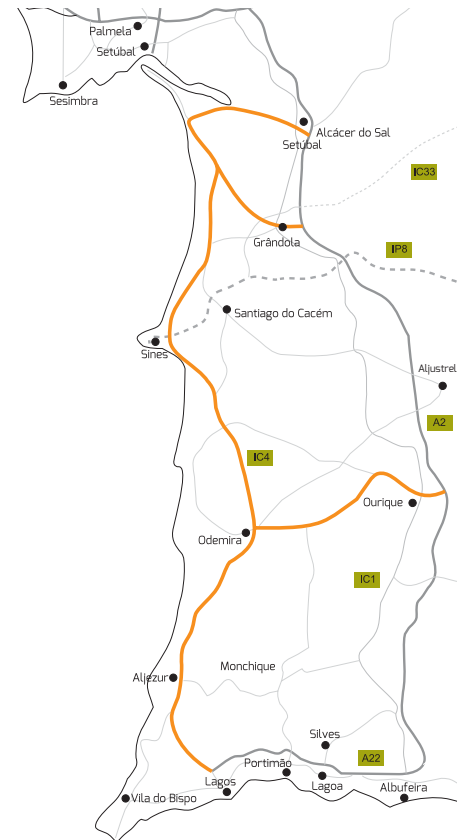
## CÂMARA DE ODEMIRA ACUSA O GOVERNO DE VIRAR COSTAS AO SUDOESTE ALENTEJANO

A Câmara Municipal de Odemira aprovou, por unanimidade, uma posição política onde manifesta a sua discordância com o relatório do Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Valor Acrescentado (GTIEVA), que exclui o IC4 como investimento prioritário. Os autarcas odemirenses entendem que o Governo “vira costas ao desenvolvimento do Sudoeste Alentejano, às suas pessoas e seus empreendedores”, pois nem sequer analisou este troço, previsto no Plano Rodoviário Nacional (PRN2000).

O Governo criou em 2013 o Grupo de Trabalho “Infraestruturas de Elevado Valor

Acrescentado”, para produzir um relatório de propostas prioritárias a executar no horizonte 2020, documento recentemente divulgado e que deixa de fora o troço do IC4 (Sines/Lagos).

Os autarcas odemirenses consideram que o IC4 ajudaria a região e o país a desenvolver-se economicamente, permitindo uma via direta de um conjunto de mercadorias e bens a Sines e ao IP8 (e através deste à A2 e a Espanha), o crescimento da atratividade turística, para além de permitir uma ligação confortável e de menos de 1 hora de Odemira ao Hospital do Litoral Alentejano.



Justiça a mais de 100 km de Odemira

## CÂMARA DE ODEMIRA APROVOU MOÇÃO CONTRA O NOVO MAPA JUDICIÁRIO

A Câmara Municipal de Odemira vai avançar com uma ação popular contra o novo mapa judiciário, reivindicando um modelo que sal guarde o direito fundamental de acesso à justiça em Odemira, manifestando-se contra o seu afastamento e a desqualificação do Tribunal de Odemira.

Neste sentido, foi aprovada, por unanimidade, uma moção na qual “manifesta ao Governo, aos restantes órgãos de soberania, instituições ligadas à área de justiça e aos cidadãos em geral o descontentamento dos munícipes de Odemira relativamente ao agravamento das suas condições de acesso à justiça e dificuldades de funcionamento, declarando a sua frontal oposição ao Novo Mapa Judiciário aprovado em Conselho de Ministros de 6 de fevereiro”.

### O Novo Modelo é “uma Injustiça” para Odemira

O atual modelo adotou o funcionamento experimental da Comarca Piloto do Litoral Alentejano, em execução desde 20/04/2009, integrando o Juízo de Odemira. O Tribunal de Odemira perdeu competência nas áreas de família, menores e trabalho cujos processos têm vindo a ser instaurados, instruídos e julgados no Tribunal de Sines, propondo-se agora que passe para Beja, a 100 Km de Odemira. Os processos cíveis de maior valor económico que são instaurados, instruídos e julga-



dos no Juízo de Grande Instância Cível de Santiago do Cacém, passarão agora para Beja. As partes nos processos, testemunhas, advogados e outros intervenientes processuais, que até agora se deslocavam a Sines ou Santiago do Cacém, terão agora que se deslocar a Beja. Com este novo mapa judiciário há populações que ficarão a mais de 130 Km da justiça, como é o caso de Vila Nova de Milfontes.

O atual e o novo modelo estão longe de satisfazer as entidades e os cidadãos locais, à qual se juntam as queixas de advogados do concelho de Odemira, da Câmara e da Assembleia Municipal, que desde 2009 aprovaram várias moções reivindicando maior proximidade da justiça e a revisão do atual mapa judiciário.





## PRESIDENTE DA CÂMARA VISITA FREGUESIA DE SANTA CLARA-A-VELHA

Decorreu nos dias 24 e 25 de janeiro, na freguesia de Santa Clara-a-Velha, a primeira iniciativa do programa “Sentir Odemira”, um ciclo de visitas do Presidente da Câmara Municipal de Odemira, José Alberto Guerreiro, às vilas, aldeias e lugares do concelho.

Esta iniciativa pretende valorizar e aumentar o contacto com a população, com o objetivo de construir um melhor concelho, com a participação de todos, saber das suas preocupações e necessidades, ouvir e registar as suas ideias e contributos, sentir as suas aspirações e sonhos para Odemira. De facto, foi o que sucedeu: a participação

de pessoas preocupadas e decididas em contribuir com uma atitude válida para o desenvolvimento da sua região.

No dia 24 de janeiro, no Pavilhão da Junta de Freguesia, decorreu uma reunião, que contou com a presença 25 participantes, entre empresários, entidades parceiras e particulares, proporcionando a discussão sobre assuntos de interesse para a freguesia, nomeadamente o Plano de Ação para o Interior Sul - Desígnio 2020 e o Desenvolvimento dos Núcleos de Apoio e Investimento Turísticos no Âmbito do Plano de Ordenamento da Albufeira de Santa Clara.

No dia 25, numa visita pela freguesia, com início na sede de freguesia e passagem por Cortes Pereiras, Corte Brique e Pereiras-Gare, o autarca contactou de perto a população no seu dia-a-dia, constatando in loco e na 1ª pessoa, as dificuldades, medos e receios que preocupam a população desta freguesia do interior.

Esta ação é também uma forma de demonstrar que o interior não está esquecido, como expressou o Presidente da Câmara, “Tudo faremos para aproximar as diferentes realidades existentes no concelho”.

## CÂMARA DE ODEMIRA ATRIBUI SUBSÍDIO EXTRAORDINÁRIO DE 60 MIL EUROS AOS BOMBEIROS

A Câmara Municipal de Odemira deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio financeiro extraordinário às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do concelho, no valor global de 60 mil euros, sendo 45 mil euros para os Bombeiros de Odemira e 15 mil euros para os Bombeiros de Milfontes.

Estes subsídios extraordinários surgem a par da atribuição de subsídios anuais no valor de 150 mil euros à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira e no valor de 60 mil euros à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Milfontes, conforme o protocolo aprovado entre o Município de Odemira e as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do concelho, subsídios que se destinam a fazer face a despesas com equipamentos e outras despesas inerentes ao bom fun-



cionamento do serviço público.

A Câmara Municipal deliberou atribuir subsídios extraordinários às associações, destinados à renovação da frota, grandes reparações de veículos de socorro e ambulâncias e/ou a aquisição/reparação de equipamentos.

### Município assume metade dos salários da Equipa de Intervenção Permanente dos BVO

Foi aprovada a renovação, pelo período de três anos, do protocolo entre a Câmara Municipal de Odemira, a Autoridade Nacional de Proteção Civil e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira, para a manutenção da Equipa de Intervenção Permanente dos Bombeiros Voluntários de Odemira. O protocolo define que os salários dos membros da equipa são assumidos em 50% pelo Município de Odemira e 50% pela Autoridade Nacional de Proteção Civil. A equipa é constituída por 5 bombeiros e tem por função dar resposta imediata a situações de emergência.



# >> qualidade de vida

## >> obras municipais



### Obras OP

## CONCRETIZADAS PROPOSTAS VENCEDORAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE ODEMIRA

Com o objetivo de concretizar as propostas vencedoras no âmbito do OP, estão em curso as obras de requalificação do espaço exterior da Escola Básica Aviador Brito Paes, em Colos, e do jardim público de S. Teotónio, estando em conclusão a construção do Pavilhão Multiusos em Boavista dos Pinheiros.

Com o objetivo de concretizar o projeto “S. Luís e Relíquias freguesias solares”, foi aprovado, por unanimidade, pela Câmara Municipal, o acordo de colaboração entre o Município de Odemira, Juntas de Freguesia de Relíquias e de S. Luís, Associação de Amigos do Vale Ferro, Casa do Povo de Relíquias, Grupo Desportivo e Recreativo

de Relíquias e Casa do Povo de S. Luís. Num investimento de 180.000,00€, serão instaladas oito unidades de microgeração de energia elétrica nos edifícios das entidades públicas das duas freguesias.



### Jardim S. Teotónio

O jardim público e parque infantil em S. Teotónio também já está em curso, num investimento total de 198.000,00€. Este espaço de lazer, frente ao posto da GNR, terá o aproveitamento da arborização existente, incluirá um parque infantil e uma ampla área verde para a promoção de diversas atividades.



### Requalificação do Espaço Exterior da Escola Básica Aviador Brito Paes (Colos)

Foram iniciadas no final de 2013 as intervenções para a requalificação do espaço exterior da Escola Básica Aviador Brito Paes, em Colos, no valor de 185.000,00€, que incluem a requalificação da pista de corta mato, instalação de um circuito de manutenção e de um skatepark, reflorestação da zona, colocação de um piso sintético no polidesportivo da escola, entre outros arranjos.



### Pavilhão Multiusos Boavista

Está em conclusão a construção do Pavilhão Multiusos do Juventude Clube Boavista, em Boavista dos Pinheiros, num investimento de 100.000,00€. Com este espaço multiusos, no campo de jogos do clube, pretende-se melhorar a oferta e qualidade de atividades desportivas e culturais da freguesia.



>> qualidade de vida

>> obras municipais



**Requalificação de Algoceira**  
Empreiteiro: TOPBET, SA  
Valor: 678.888,76€



**Variante de S. Teotónio**  
Obra de terraplanagens por administração direta, no âmbito do Loteamento e variante de S. Teotónio, cujo valor global será de 894.712,14€



**Alargamento do CM 1126, troço 1 - entre a EN 263 e Vale Ferro**  
Obra de alargamento da via por administração direta  
Valor: 248.000,00€

### Projeto RAMPA

## PLANO DE PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE DO ALENTEJO LITORAL

A CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, apresentou na Biblioteca Municipal de Odemira, no dia 11 de fevereiro, o Plano de Promoção da Acessibilidade do Alentejo Litoral, elaborado no âmbito do projeto RAMPA – Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade, com incidência nas sedes de concelho dos Municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.

O objetivo é planear o espaço público e edificado para que seja acessível a toda a população, com o objetivo de tornar o Alentejo Litoral uma região igualitária, permitindo a autonomia de todos os cidadãos.

O Plano é cofinanciado pelo POPH – Programa Operacional de Potencial Humano, através do RAMPA e a sua execução será candidada ao próximo Quadro Comunitário 2014-2020.



# >> qualidade de vida

## >> saúde

CIMAL recebida pelo Ministro da Saúde

### AUTARCAS DO ALENTEJO LITORAL EXIGEM MELHORIA DOS CUIDADOS DE SAÚDE NA REGIÃO

O Ministro da Saúde, Paulo Macedo, recebeu, no dia 20 de fevereiro, uma delegação da CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, liderada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, Vítor Proença (Alcácer do Sal), acompanhado pelos Presidentes de Câmara de Odemira, José Alberto Guerreiro, e Santiago do Cacém (Álvaro Beijinha).

Na reunião, onde também estiveram presentes os Secretários de Estado Fernando Leal da Costa (Adjunto do Ministro) e Manuel Ferreira Teixeira (Saúde), foram abordados assuntos relacionados com os cuidados hospitalares e cuidados primários no Alentejo Litoral, que têm preocupado os autarcas e as populações.

Os autarcas sublinharam que o Hospital do Litoral Alentejano é um equipamento fundamental para a sub-região, dotado de excelentes profissionais e que dispõe de um elevado nível de equipamento. Contudo, são necessárias algumas medidas que melhorem o seu funcionamento, a urgência hospitalar e reforcem a sua capacidade ao nível da oferta das especialidades, contribuindo para a necessária melhoria da



oferta do Serviço Nacional de Saúde (SNS). A delegação da CIMAL propôs a criação de um Conselho Consultivo do Hospital do Litoral Alentejano.

Sobre a urgência hospitalar, os autarcas defenderam a necessidade da sua ampliação, fragilidade que desde sempre foi evidente. O Ministro reconheceu o problema e garantiu que estão a ser tomadas medidas que garantirão a ampliação da urgência, através de um melhor aproveitamento de espaços existentes.

O Ministro tomou nota de necessidades ao nível da psiquiatria, ginecologia e pediatria, assumindo o compromisso de encontrar

uma solução em breve para a oferta psiquiátrica.

Os autarcas evidenciaram a necessidade de aumentar o número de médicos e enfermeiros e melhoria dos serviços de atendimento permanente (só em Odemira mais de 8 mil utentes não têm médico de família).

Foi sublinhada a extrema importância dos médicos cubanos no território, que demonstram elevada disponibilidade e profissionalismo. Os Municípios continuarão a apoiar, ao nível logístico, os médicos nacionais ou estrangeiros que se desloquem para a região.

Foi abordada a necessidade de uma nova extensão de saúde em Vila Nova de Milfontes, o reforço do funcionamento da viatura móvel de saúde, a necessidade de serviços médicos de proximidade e a questão das dívidas da Saúde às Corporações de Bombeiros. O Ministro garantiu que os pagamentos relativos ao transporte de doentes serão realizados atempadamente, no sentido de evitar constrangimentos ao funcionamento das corporações.

### ABERTURA DE CONCURSO PARA CRIAÇÃO DE POSTOS FARMACÊUTICOS

A Câmara Municipal de Odemira deliberou, por unanimidade, solicitar ao INFARMED a abertura de procedimento concursal para a instalação e funcionamento de postos farmacêuticos para as sedes de freguesia que não têm farmácia ou posto farmacêutico (Colos, Boavista dos Pinheiros, Almogrove, S. Martinho das Amoreiras e Relíquias).

O acesso dos cidadãos à saúde e aos me-

dicamentos é dificultado pela dispersão territorial do concelho e pela situação precária do concelho no que respeita aos cuidados primários de saúde, com milhares de utentes sem médico de família. A Câmara Municipal considera ser da maior urgência a melhoria da prestação do serviço farmacêutico à população e o acesso a serviços de primeira ordem. Os postos farmacêuticos são delegações de farmácia, previstos na lei, que oferecem uma

alternativa para aproximar o serviço farmacêutico das populações e sem deixar pequenas povoações sem acesso a medicamentos.



A pretensão fica agora dependente de aprovação do INFARMED.

### EMBAIXADORA DE CUBA EM PORTUGAL VISITA ODEMIRA

No dia 20 de fevereiro, a Embaixadora de Cuba em Portugal, Johana de la Torre, visitou Odemira, para conhecer de perto o trabalho e as condições de residência dos médicos cubanos que exercem funções no concelho.

A embaixadora, acompanhada pela responsável pela Brigada Médica Cubana em

Portugal, Maria Del Carmen Casanova, foi recebida pelo Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Guerreiro, e pela Vereadora responsável pela área da saúde, Deolinda Seno Luís.

Atualmente, a unidade de saúde conta com quatro médicos cubanos, que prestam serviço nas extensões de saúde de S.

Teotónio, Sabóia, Colos e Vila Nova de Milfontes. Desde 2009, com vista a colmatar a falta de médicos no concelho, e resultante de um acordo entre os Governos de Portugal e Cuba, vários médicos cubanos têm exercido as suas funções na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Odemira, sendo desde então o alojamento cedido pelo Município de Odemira.



>> qualidade de vida

>> ordenamento

Intervenção em Odeceixe-Norte (Odemira)

## OBRAS EM CURSO NO LITORAL ODEMIRENSE

Estão já em curso as obras de valorização e qualificação das praias das Furnas e Odeceixe Norte, no âmbito do Programa de Requalificação e Valorização do Litoral Sudoeste. No território odemirense, estão também programadas intervenções nas praias do Malhão, Almogrove e Alteirinhos, as requalificações urbanas de Vila Nova de Milfontes e de Zambujeira do Mar, intervenções nos portinhos de pesca e a criação de zonas de lazer/contemplação e de estacionamento no Cabo Sardão, a execução de ecovia e ciclovias e de diversas estruturas de apoio a desportos de natureza.

### Intervenções nas praias

A intervenção na praia das Furnas pretende requalificar as infraestruturas de apoio ao uso balnear, sobretudo ao nível das acessibilidades, recuperando os acessos viários e pedonais e ordenando o estacionamento, de modo a garantir a segurança, conforto e a salvaguarda dos valores naturais, condicionando o acesso ao cordão dunar.

A intervenção na praia norte de Odeceixe passa pela compatibilização da margem direita da ribeira de Seixe, enquanto alter-

nativa à praia de Odeceixe para a prática balnear, estadia e recreio, formalizando a área de estacionamento, minimizando o impacto ambiental e permitindo a revitalização da vegetação natural.

Estão também previstas para este ano as requalificações das praias do Malhão, Almogrove e Alteirinhos, cujos projetos de execução estão já concluídos.

### Obras nos Portinhos de pesca

As obras de requalificação dos quatro portinhos de pesca do concelho de Odemira vão avançar durante o presente ano. O maior investimento está previsto para o Portinho do Canal (Vila Nova de Milfontes), através da requalificação dos equipamentos e estruturas de apoio e melhoria das condições de acesso das embarcações ao porto através da remoção do afloramento rochoso. Em Lapa das Pombas (Almogrove), será feito o prolongamento da rampa, dragagens e instalação de um guincho. Na Entrada da Barca (Zambujeira do Mar), serão criadas infraestruturas de abastecimento de água e melhoramento de acesso. O portinho da Azenha do Mar vai ter obras de alargamento da rampa varadouro norte e será prolongada a rampa sul.

### Privilegiar a fruição dos espaços públicos em Milfontes e Zambujeira do Mar

Após as discussões públicas respetivas estão a ser preparados os projetos de requalificação de Vila Nova de Milfontes e Zambujeira do Mar, com o objetivo de ordenar o estacionamento e a circulação

automóvel, melhorar as condições para a circulação pedonal e valorizar os espaços públicos. Serão reformuladas as redes de abastecimento de água, esgotos e drenagem de águas pluviais, iluminação pública e rede de telecomunicações, bem como a recolha dos resíduos sólidos urbanos. As esplanadas serão uniformizadas criando novas áreas de estadia e privilegiando a fruição dos espaços públicos, de lazer e contemplação. Está prevista a conclusão destes projetos em abril próximo. Entretanto ficou concluído o estudo hidromorfológico da foz do Mira e praia da Franquia, que será apresentado a discussão pública em abril.



O Polis Litoral Sudoeste deverá estar concluído

no final de **2015**

num investimento global de

**40,1 milhões de euros**

numa área de intervenção de

**9.500 hectares**

na frente costeira dos concelhos de Sines, Odemira, Aljezur e Vila do Bispo.





# >> qualidade de vida

## >> ambiente



### ODEMIRA CONTABILIZA ESTRAGOS DA TEMPESTADE

#### “HÉRCULES” NO VALOR DE 650 MIL EUROS

A forte agitação marítima que se registou na noite de 6 de janeiro deixou um rasto de destruição na costa odemirense, com prejuízos em equipamentos públicos que ascendem a mais de meio milhão de euros e cerca de 150 mil euros de prejuízos a privados.

Registaram-se estragos nos acessos às praias (escadas, pontes e passadiços de madeira), apoios de praia, perda de sinalética informativa e de segurança, estragos em quatro portinhos de pesca.

Em Vila Nova de Milfontes registaram-se danos nas escadarias de acesso às praias, no cais flutuante da praia da Franquia e foi parcialmente destruído o restaurante “A Choupana”, na praia do Farol. Houve ainda estragos em arruamentos junto ao rio. Na praia do Malhão, o mar destruiu o apoio de praia da Escola de Surf “Foz do Mira”.

As praias de Almogrove, Zambujeira do Mar e Carvalhal foram também bastante afetadas. Foram destruídas centenas de metros de passadiços, pontes e escadarias de madeira e registaram-se danos em infraestruturas de apoio e nas zonas de estacionamento.

Os quatro portinhos de pesca do concelho foram bastante fustigados, registando-se estragos nas infraestruturas de apoio à atividade piscatória, pavimentos, amarrações e equipamentos elétricos e danos em artes de pesca. Foram destruídas duas embarcações no Portinho do Canal de Vila Nova de Milfontes e outras duas em Lapa de Pombas.

O Município de Odemira estima que serão necessários mais de 500 mil euros para reparação da orla costeira e de todos os equipamentos públicos danificados.

A autarquia já solicitou às entidades com jurisdição no litoral a urgente colaboração para reparação dos danos provocados pelo mar.

#### Estragos de 2 milhões de euros na agricultura

A meio de fevereiro, o mau tempo voltou a fustigar o litoral alentejano, provocando avultados prejuízos em explorações agrícolas. Várias produções a céu aberto e em estufas de empresas de horticultura foram destruídas, com prejuízos que podem ultrapassar os dois milhões de euros, conforme disse à agência Lusa o Presidente da Associação de Horticultores do Sudoeste Alentejano (AHSA), Paul Dolleman.

## 24ª CAMPANHA COASTWATCH NO LITORAL ODEMIRENSE

O litoral odemirense recebe este ano a 24ª Campanha Coastwatch, com o objetivo de monitorizar a costa, em resultado de uma parceria entre o Município e o GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente.

O Coastwatch é um projeto europeu que promove a cidadania ativa e consiste na monitorização e caracterização ambiental do litoral. O projeto começou em 1987, em Dublin, envolve atualmente 23 países e acontece em Portugal desde 1991. Todos os anos são analisados aproximadamente 2000 km da nossa costa, através da participação de voluntários.



Depois de uma formação, promovida em Vila Nova de Milfontes, cada participante terá de monitorizar um troço de praia do litoral odemirense, até final de março. Os

resultados da Campanha Coastwatch de 2013-2014 serão apresentados durante o mês de julho.



AMBILITAL continua a crescer

## MAIS DE 4 MILHÕES DE EUROS DE INVESTIMENTOS EM CURSO

A AMBILITAL - Investimentos Ambientais do Alentejo, EIM, tem em curso vários investimentos de ampliação do sistema de tratamento de resíduos e que farão daquele parque ambiental um dos mais eficientes e modernos do país, onde se atingirá uma das maiores taxas de aproveitamento de resíduos e uma das menores taxas de deposição de resíduos em aterro.

Os investimentos em curso deverão estar concluídos no final de 2014 e totalizam mais de quatro milhões de euros, parte dos quais será financiada por fundos comunitários. Este conjunto de investimentos encerra um período de quatro fases de intervenções, totalizando mais de 30 milhões de euros e constitui um significativo impulso no crescimento do sistema de tratamento de resíduos.

Está já em fase de testes a unidade de valorização do biogás emitido pelas duas células de aterro sanitário existentes, com a produção de energia elétrica que será fornecida à rede de distribuição. Está ainda em curso a ampliação do sistema de tratamento de lixiviados do aterro.

Está também a decorrer a construção de uma unidade de produção de Combustível Derivado de Resíduos (CDR). O equipamento aproveitará resíduos que não podem ser reciclados, mas têm um elevado poder calorífico para produzir energia, sendo esta a primeira unidade do género no sul país.



A parte não reciclável e não reutilizável dos resíduos produzidos pelas populações de Alcácer do Sal, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines tem sido enviada para aterro, mas com a nova unidade essa quantidade irá reduzir significativamente.

A triagem dos resíduos indiferenciados que chega à AMBILITAL é feita através de equipamentos, inaugurados em 2011, que recuperam materiais recicláveis que não sejam depositados nos ecopontos e os materiais orgânicos, aproveitados para produzir composto.

Com os equipamentos em construção o sistema irá reciclar e reutilizar mais de 80% dos resíduos produzidos na região, cuja população ronda os 120 mil habitantes.

Está em construção a terceira célula de aterro, para dar resposta ao esgotamento da capacidade das duas existentes, em utilização desde a inauguração da AMBILITAL, há 13 anos. Em termos de capacidade de receção de resíduos, a nova célula de aterro é menos de metade das anteriores e prevê-se que dure 15 anos.

## PRESIDENTE DA CÂMARA DE ODEMIRA PRESIDE NA AMAGRA E AMBILITAL

O Presidente da Câmara Municipal de Odemira, José Alberto Guerreiro, foi reeleito, no dia 14 de janeiro, Presidente do Conselho Diretivo da AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente, constituída pelos municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Santiago do Cacém, Sines, Grândola, Ferreira do Alentejo e Odemira.

No passado dia 14 de fevereiro, o autarca odemirense foi também eleito como Presidente do Conselho de Administração da empresa intermunicipal AMBILITAL - Investimentos Ambientais do Alentejo, empresa intermunicipal composta pela AMAGRA e pela SUMA – Serviços Urbanos, Lda.

José Alberto Guerreiro afirma que há uma clara aposta na continuidade, pois “este é um projeto em que estou envolvido praticamente desde o seu início, em 1998. Na 1ª fase houve um grande passo com o encerramento das lixeiras municipais, construção do aterro e do sistema de transferência de resíduos dos vários concelhos do projeto. Em 2003, novos desenvolvimentos com a construção e implementação do sistema de recolhas seletivas de toda a região e novo passo de gigante em 2011, com a construção da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico, investimentos que no seu conjunto fazem da AMBILITAL uma empresa bem equipada, moderna, com as melhores tecnologias e uma gestão financeira equilibrada, de-

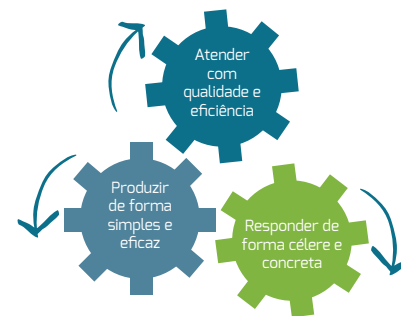
monstrando uma invulgar capacidade de crescimento sustentável no setor dos resíduos.”

Os grandes desafios para estes quatro anos são “continuar a crescer e construir um sistema que responda a todas as fileiras de tratamento de resíduos desta região. E tornar este sistema no mais moderno, com a menor quantidade de resíduos em aterro de toda a região Alentejo e um dos mais eficazes do país”.



# >> participação e modernização

## >> modernização administrativa



### CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE NO BU

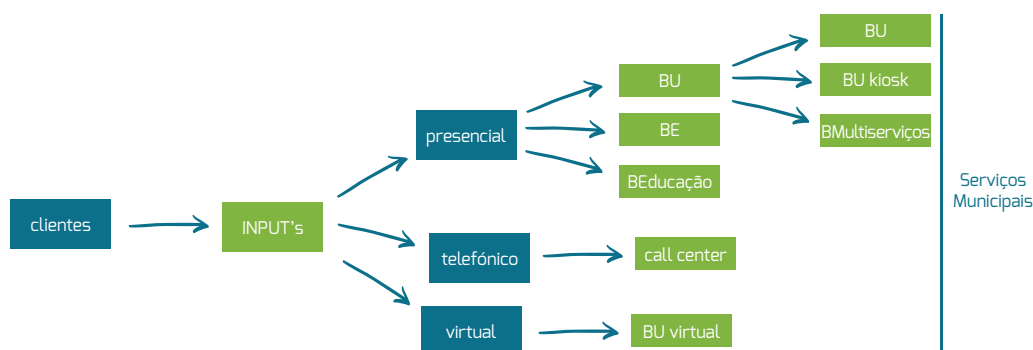
A Certificação de qualidade dos serviços de atendimento ao munícipe realizados no Balcão Único, obtida em julho de 2013, é a prova de que o Município de Odemira está empenhado em prestar, cada vez mais, um bom serviço ao cidadão, um serviço mais responsável e célere na resposta, sendo a Modernização Administrativa um dos seus eixos prioritários de intervenção.

Desde julho de 2013 que o BU está certificado pelo Bureau Veritas Certification, de acordo com os requisitos da norma ISO 9001:2008. Este é o coroar de todo o processo, iniciado em 2010, com o diagnóstico do atendimento ao público, levantamento de procedimentos e de requerimentos, planeamento, preparação do espaço físico, constituição e formação da equipa que abriu as portas do Balcão Único no dia 12 de julho do mesmo ano.

Esta foi uma das medidas de simplificação administrativa concretizadas pelo Município de Odemira e candidatas ao Progra-

ma Simplex Autárquico, com o objetivo de facilitar a vida aos munícipes, reduzir os custos e os tempos de espera. Enquadra-se no Programa Municipal de Simplificação Administrativa – Odemira Simplifica, sendo Odemira um dos poucos municípios do país com um programa próprio de simplificação e modernização administrativa.

O BU tem estado em constante desenvolvimento, primeiro com a implementação de uma plataforma de gestão do atendimento, seguido da implementação do BU Atendimento telefónico, BU Virtual (possibilidade de interação online sem deslocação aos serviços), desenvolvimento do Balcão do Empreendedor, prevendo-se em breve a integração do Balcão Multiserviços (que contempla a prestação de serviços de responsabilidade da Administração Central, a ser protocolado com a AMA), BU kiosk (atendimento descentralizado) e do Balcão de Apoio à Comunidade Educativa.



### 900 mil euros de apoio para a inovação do Atendimento Municipal

O Município de Odemira candidatou o Projeto de Racionalização e Inovação no Atendimento Municipal ao Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA), no âmbito do InAlentejo, tendo obtido aprovação de financiamento de 907.370,00€. O projeto pretende implementar o atendimento municipal multicanal integrado, com vista à melhoria do relacionamento com os cidadãos e as empresas, através de diversos canais. O Município tem um objetivo muito claro e ambicioso: ser uma referência nacional no atendimento direto ao seu público-alvo.

Existem três canais de acesso aos serviços municipais: presencial, telefónico e virtual, com quatro públicos diferentes e com necessidades distintas: cidadão, empreendedor, comunidade educativa e coletividades. O atendimento multicanal integrado permite iniciar uma interação com a autarquia num canal e acompanhar a sua evolução noutro canal, racionalizando e uniformizando o atendimento aos quatro públicos.

### Projeto BU Mais Perto em prémio europeu

O Município apresentou a candidatura do projeto “BU mais perto!”, ao Prémio Europeu de Inovação na Administração Pública, promovido pela Comissão Europeia.

O projeto de Odemira esteve a par de 204 projetos de toda a Europa. Apesar de não ter sido premiado, foi reconhecido o seu “alto nível de inovação e dedicação”, tendo a Comissão Europeia solicitado autorização para o partilhar entre as instituições concorrentes, outros serviços da Comissão Europeia e da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

O projeto visa a implementação do BU kiosk, para descentralizar o atendimento nas freguesias Colos, Sabóia, S. Teotónio e Vila Nova de Milfontes (loais de convergência de transportes públicos / escolares), facilitando o acesso dos cidadãos aos serviços municipais.





### PUBLICADA ALTERAÇÃO À LEI DA PESCA LÚDICA

O Governo alterou a regulamentação da pesca lúdica, cedendo assim a algumas das reivindicações dos cerca dos pescadores e mariscadores. Na nova legislação, a Portaria 14/2014, publicada em Diário da República no dia 23 de janeiro, destacam-se as alterações introduzidas à pesca lúdica no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV).

Com a anterior legislação só podiam pescar no PNSACV os naturais ou residentes da zona, alargado agora a toda a população. Outra alteração é a autorização de pescar e mariscar às quartas-feiras, quando antes era proibido.

A nova legislação mantém os períodos de defeso, no PNSACV, para os pescadores lúdicos e aumentou a quantidade de pescado e de marisco que os pescadores podem capturar, bem como o peso total das capturas por pescador, que subiu para 10kg de peixe e cefalópodes (polvos, entre outros), sendo de 15kg na pesca submarina, 2kg de percebes e 3kg de mexilhão.

Passa também a ser possível o uso dos utensílios tradicionais, como o bicheiro ou a arrilhada (para perceves).

Mas mantêm-se algumas restrições nas áreas marinhas dos parques naturais,

“de forma a conservar a biodiversidade e a estabelecer uma clara distinção entre pescadores lúdicos e pescadores profissionais, a pesca lúdica embarcada dentro dessas áreas fica limitada a 5 dias por semana, com exceção dos meses de junho a setembro”.

Estas alterações vêm ao encontro de algumas reivindicações dos pescadores, mariscadores e das autarquias locais. As autarquias ficaram, contudo, à margem de todo o processo de alteração legislativa.

#### Cabaz do Mar

### VENDA DIRETA ENTRE PESCADORES E CONSUMIDORES

Com o objetivo de implementar o Cabaz do Mar, no âmbito do projeto de valorização do peixe da pesca de pequena escala, foi assinado, no dia 28 de janeiro, o Protocolo de Cooperação entre a TAIPA – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, a Associação Cultural e de Desenvolvimento de Pescadores e Moradores da Azenha do Mar, Município de Odemira e a Docapesca Portos e Lotas, S.A.,

O Cabaz do Mar pretende levar o peixe da costa odemirense diretamente da lota ao consumidor, numa lógica de proximidade e confiança. Esta forma de comercialização, inovadora em Portugal, permitirá aumentar o rendimento dos pescadores e a redução do preço final ao consumidor, reduzir as rejeições das capturas e aumentar a variedade da oferta ao consumidor.

A Associação da Azenha do Mar assumirá a prioridade da compra do pescado aos sócios aderentes na primeira venda em lota, a organização dos cabazes, transporte e venda nas condições adequadas de higiene e segurança aos consumidores que subscrevam o Cabaz do Mar. A periodicidade de distribuição será de acordo com o solicitado pelo consumidor e de acordo com as condições do mar.

Os cabazes deverão começar a ser distribuídos em breve, numa fase experimental que se prolongará até ao final do ano.





# >> desenvolvimento económico

## >> turismo



### NATIONAL GEOGRAPHIC APONTA ALENTEJO COMO DESTINO OBRIGATÓRIO EM 2014

A revista de viagens Traveler, da National Geographic, elegeu o Alentejo entre os 21 destinos a visitar em 2014, sítios que refletem o que é «autêntico, culturalmente rico, sustentável e, é claro, superlativo no atual mundo das viagens».

“O Alentejo já foi o celeiro de Portugal e hoje em dia seduz pelo seu ritmo calmo”, pelo que é um local ideal para “relaxar, praticar a paciência e não olhar para o relógio”, afirma o artigo.

Uma das razões pela escolha do Alentejo foi a Rota Vicentina, apresentada como “um dos mais recentes trilhos da Europa para caminhadas”, “realmente selvagem”,

com “133 milhas (uns 214 quilómetros) de Alentejo, da acidentada costa ao campo, onde as cegonhas fazem ninhos e plantas endémicas florescem”. Marta Cabral, Presidente da Associação Rota Vicentina, é citada para sublinhar como o Alentejo quer apostar na sustentabilidade: “A nova geração está empenhada na preservação da região tal como ela é, autêntica e com um desenvolvimento sustentável”.

Além de publicar informação turística sobre a região, a revista fornece ainda sugestões de espaços hoteleiros e restaurantes, bem como indicações sobre a melhor maneira de chegar ao Alentejo. Do território odemirense, são referidas

várias atrações, como os passeios com a Mundo Montado, especializada em turismo responsável, e o restaurante Tasca do Celso, em Vila Nova de Milfontes.

Entre os 21 destinos obrigatórios para 2014 estão a Austrália, Cabo Verde, Ruanda, EUA, Itália, Argentina, Índia, Iraque, Bósnia-Herzegovina, França, Rússia, Escócia, Canadá, Equador, Letónia, Liechtenstein, Guiana e Laos.

Recorde-se que no mês de outubro, o Alentejo foi premiado, pelo quarto ano consecutivo, com a Melhor Região de Turismo Nacional, na gala dos Publituris Portugal Travel Awards 2013.

## ALENTEJO NO TOP 20 DOS DESTINOS DE PRAIA



O Alentejo é um dos 20 destinos turísticos recomendado para este verão pelo diário britânico “The Guardian”, na secção Travel, assinada pela jornalista Rhiannon Batten. O segundo jornal de língua inglesa

mais lido em todo o mundo sugere férias no Alentejo pelas iguarias gastronómicas, mas também pela qualidade e beleza das praias.

Ao longo do artigo, o “The Guardian” aconselha a visita a vários locais, como por exemplo os restaurantes a “Tasca do Celso” e a “Choupana”, em Vila Nova de Milfontes, assim como a unidade de alojamento Herdade do Freixial, também naquela freguesia.

O jornal lembra ainda que o operador turístico Sunvil lançou um pacote gastronómico para o Alentejo, destinado a promover restaurantes e produtores locais, fora dos circuitos habituais.

Para a Entidade Regional de Turismo “é um orgulho ver o Alentejo figurar no Top 20 dos locais recomendados pelo conceituado jornal britânico que colocou a região ao lado de destinos como a Grécia, Turquia, França, Itália ou Croácia.”

## MONTE DO ZAMBUJEIRO E MUNDO MONTADO RECEBEM PRÉMIOS TURISMO DO ALENTEJO 2013

O Monte do Zambujeiro e o Mundo Montado estão entre os vencedores dos prémios Turismo Alentejo 2013, divulgados no dia 23 de fevereiro, em Reguengos de Monsaraz.

O Monte do Zambujeiro recebeu uma menção honrosa na categoria de melhor Turismo Rural e o Mundo Montado – Turismo Responsável no Alentejo recebeu uma menção honrosa na categoria de melhor Animação Turística.

Ao todo estavam a concurso 66 projetos com o objetivo de distinguir os melhores em 7 categorias distintas: Empreendimento Turístico, Turismo Rural, Animação Turística, Enoturismo, Evento, Gastronomia e Projeto Público.



Mais de dois milhões de euros em investimento industrial

### ODEMIRA TEM NOVO LAGAR DE AZEITE NO INTERIOR DO CONCELHO

Já está em funcionamento o lagar de azeite da Herdade Vale da Casca, na freguesia de S. Luís perto da localidade de Monte da Estrada (Relíquias). São mais de 2 milhões de euros de investimento num lagar moderno, que produz azeite extra virgem, de alta qualidade.

No dia 19 de fevereiro, José Alberto Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal de Odemira, o Vice-presidente Hélder Guerreiro e o Vereador responsável pela área do desenvolvimento económico, Ricardo Cardoso, visitaram as instalações da unidade fabril.

Rosário Leal abriu as portas do lagar para apresentar este investimento da família, que começou há cerca de 10 anos, quando adquiriram esta propriedade de 890 hectares e desde logo iniciaram a plantação do olival. Só no lagar o investimento está “Muito acima dos 2 milhões”, explicou. O lagar está preparado para aumentar para o triplo a sua capacidade de produção. “Há essa perspetiva de negócio, é nossa intenção aumentar o olival e, por outro lado, gostaríamos muito que todos os agricultores desta zona recuperassem os olivais que estão abandonados e retomassem a produção de azeitona”, explicou a empresária.

Este é o terceiro ano que a herdade produz azeite, mas o primeiro de funcionamento do lagar, que entrará em pleno funcionamento em 2015. A venda a granel representa 92% da produção, sendo o restante engarrafado e vendido ao público, a particulares, restaurantes e alguns comércios. O aumento da venda do produto engarrafado, no mercado nacional e para exportação, é uma das prioridades a curto prazo.

Mas não só de azeite se faz a marca “Vale



da Casca”. Além da atual produção de gado, no horizonte da empresa está a produção e engarrafamento de vinho e de medronho, produção de queijos, de produtos derivados da azeitona e, quando todos esses investimentos estiverem concluídos, a aposta incidirá na criação de alojamento turístico.

A tradição empresarial desta família sempre esteve longe do Alentejo e do azeite, pois a empresa é de S. João da Madeira, onde produz margarinas, óleos alimentares e sabão. “O meu pai viu a propriedade e começou a idealizar isto que está a crescer”, explicou Rosário Leal. Contudo, percebe-se nas suas palavras que este é um projeto especial para si “Eu apaixonei-me por este projeto, por esta localidade e gosto mesmo muito disto. Vivo isto.”



**890** hectares

de área total da propriedade

**200** hectares de olival

**95** mil oliveiras

**3** mil toneladas

de capacidade de produção de azeite  
(o lagar está preparado para triplicar a produção)

**600** toneladas

de capacidade de armazenamento

**11** postos

de trabalho permanentes

**35/40** trabalhadores

na época da apanha da azeitona  
(entre outubro e janeiro)



## >> social

### >> voluntariado

“Dar é receber”

#### 1.º ENCONTRO DE VOLUNTARIADO EM ODEMIRA



A troca de experiências e a apresentação de boas práticas, bem como a divulgação dos projetos de voluntariado e o incremento da participação cívica no concelho de Odemira, foi o mote para o 1.º Encontro de Voluntariado em Odemira, que teve lugar no dia 7 de dezembro.

A iniciativa contou com a presença da Presidente da Assembleia Municipal de Odemira, Natália Cabecinha, do Vice-presidente da Câmara Municipal, Hélder Guerreiro e da Vereadora responsável pela ação social, Deolinda Seno Luís, e reuniu entidades promotoras de projetos de voluntariado no concelho, voluntários e potenciais voluntários, bem como Sílvia Rufino e Élia Ramos, que apresentaram a experiência do Núcleo de Voluntariado de Proximidade de Tavira.

Num ambiente informal, ao longo da tarde deram-se a conhecer os projetos que integram o Banco Local de Voluntariado de Odemira, as suas experiências, os objetivos, as conquistas e necessidades.

O Banco Local de Voluntariado de Odemira, que tem como função facilitar o encontro entre quem quer ser voluntário e as instituições que querem receber, foi criado em 2011 e desde então tem registado a adesão da população e das forças vivas do concelho. Conta atualmente com 107 voluntários, dos quais 26 estão integrados em 10 projetos. Desde a criação do Banco já foram concluídos dezenas de projetos de voluntariado no âmbito de diversas ações e eventos.

Na sessão de encerramento e antes do momento de convívio entre todos os presentes, o autarca Hélder Guerreiro lembrou que “Dar é receber e há muito mais alegria em dar do que a receber”.

### >> sénior

#### S. TEOTÓNIO RECEBEU DEBATES SOBRE A TERCEIRA IDADE



A vila de S. Teotónio esteve no centro do debate sobre questões relacionadas com a terceira idade e o apoio à pessoa idosa, com a realização de dois eventos dirigidos a técnicos e dirigentes de instituições de solidariedade social, da saúde, ação social e das autarquias locais.

A Delegação do Alentejo da Associação Amigos da Grande Idade promoveu, no auditório da Caixa de Crédito Agrícola, no dia 18 de novembro, a conferência regional “A Grande Idade”, com o objetivo de debater temas como o envelhecimento, a opção por lar residencial, centro de dia ou permanência no domicílio e a qualidade dos cuidados prestados pelas instituições de apoio à terceira idade.

A conferência contou com a participação de Daniel Serrão, médico e professor catedrático de Anatomia Patológica e Bioética, uma das personalidades e vozes mais respeitadas do país em questões de Ética da Vida. Na iniciativa estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal de Odemira, José Alberto Guerreiro, e a Vereadora

responsável pela área da ação social e saúde, Deolinda Seno Luís.

A Associação Amigos da Grande Idade, com sede em Lisboa, tem por objetivo encontrar soluções que permitam envelhecer com melhor qualidade, tendo a sua primeira delegação sido criada em Odemira, em 2012.

No dia 4 de dezembro, decorreu no mesmo espaço, o seminário “O Idoso – Abordagem Multidisciplinar”, promovido pela Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de S. Teotónio, onde foram abordadas diversas temáticas relacionadas com a população idosa, designadamente cuidados, terapias e técnicas. Neste seminário esteve presente a Vereadora Deolinda Seno Luís.

### >> ação social

#### APCO VENCEU PRÉMIO MISSÃO SORRISO

A APCO – Associação de Paralisia Cerebral de Odemira foi um dos vencedores da Missão Sorriso 2013, com a atribuição de um prémio no valor de 25.000,00€ para apoio à implementação do projeto RISO - Resposta de Integração Sensorial de Odemira.

O RISO tem com objetivo a promoção e manutenção das capacidades funcionais e mentais e a inclusão da pessoa com deficiência em processo de envelhecimento, através de um programa terapêutico/ocupacional suportado pela utilização de duas respostas distintas mas complementares:

jardim sensorial e espaço snoezelen.

Promovida pelo Continente desde 2003, a Missão Sorriso doa verbas que são utilizadas em projetos que promovem a melhoria da qualidade de vida de crianças, seniores e famílias carenciadas.





O Município de Odemira deliberou atribuir 34 bolsas de estudo para alunos do concelho que frequentam o ensino superior, no ano letivo 2013/2014, o que representa um valor perto de 60 mil euros, das quais 30 bolsas de estudo por carência económica e 10 por mérito. Foram admitidos os alunos que cumpriam os requisitos de atribuição de bolsa, apesar de várias bolsas terem sido entretanto canceladas, por atribuição de bolsas por outras entidades. O Município pretende apoiar a continuação

dos estudos a jovens com dificuldades económicas e contribuir para a formação de quadros técnicos superiores, naturais ou residentes no concelho, contribuindo para um maior e mais equilibrado desenvolvimento social, económico e cultural.

Segundo o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo, os alunos beneficiados recebem o valor equivalente a 40% do salário mínimo nacional, durante o período de nove meses, pago trimestralmente. A

atribuição das bolsas tem duas modalidades: uma por carência económica, para alunos cujo agregado apresente um rendimento mensal líquido *per capita* igual ou inferior a 300 euros; a outra modalidade é a atribuição de bolsas de estudo por aproveitamento excepcional, para os alunos que têm uma média escolar igual ou superior a 17 valores para o 1º ano e igual ou superior a 15 valores para os anos seguintes.

### Combate ao insucesso escolar

## PROTOCOLO ENTRE MUNICÍPIO DE ODEMIRA, A ASSOCIAÇÃO DE EMPRESÁRIOS PELA INCLUSÃO SOCIAL E EMPRESA VITACRESS

O combate ao insucesso escolar é o grande objetivo do Protocolo de Cooperação entre o Município de Odemira, a Associação EPIS - Empresários pela Inclusão Social e a Vitacress (marca de empresa Iberian Salads, com sede na Boavista dos Pinheiros), assinado no passado dia 28 de janeiro. Através desta parceria será estabelecida uma rede de mediadores profissionais de capacitação para o sucesso escolar no concelho, para intervir junto dos alunos com maiores dificuldades e respetivas famílias.

Cinco mediadores iniciarão funções já no presente ano letivo na EB 2,3 Damião de Odemira, na EB2,3 de Sabóia, na EB2,3 Eng. Rafael Amaro da Costa (S.Teotónio), na Escola Básica Aviador Brito Paes (Colos) e no Colégio Nossa Senhora da Graça (Vila Nova de Milfontes).

“Estamos a replicar numa base local aquilo que é o modelo da EPIS nas parcerias entre partes da sociedade”, explicou Diogo Simões Pereira, Diretor-geral da EPIS, cuja missão prioritária é o combate ao insucesso e ao abandono escolar, através da prevenção e remediação de fatores de risco dos alunos e famílias, da promoção de fatores de proteção e através da indução de fatores externos de sucesso nas organizações escolares.

José Alberto Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal de Odemira, defendeu que este projeto “É mais uma prova de que a educação é uma das prioridades do atual executivo”, acrescentando que “Não há desenvolvimento sustentável se não formos mais qualificados e melhor preparados para enfrentar o mundo globalizado!

Luís Mesquita Dias, Diretor-geral da Vitacress assegura que “o maior retorno que temos é o conteúdo que damos para o concelho. É mesmo uma participação desinteressada e a bem das pessoas que aqui vivem”.



## >> conhecimento

### >> cultura

Sonoridades & Sabores

## ROTEIRO DE MÚSICA TRADICIONAL E GASTRONOMIA NO INTERIOR

Provar os melhores petiscos da região e ouvir música tradicional em ambiente de festa e convívio, são os ingredientes das “Sonoridades & Sabores”. Este verdadeiro roteiro de música tradicional e gastronomia, que acontece desde 2007, no interior do concelho do Odemira, nos meses de novembro e dezembro, é promovido pela Associação para o Desenvolvimento de Amoreiras-Gare e pelo Município de Odemira. Este ano, a organização teve o apoio das Juntas de Freguesia de Relíquias, S. Martinho das Amoreiras, S. Teotónio e Santa Clara-a-Velha.

O objetivo é dinamizar o interior do concelho, divulgar a tradição e a gastronomia locais.

O primeiro momento aconteceu no dia 16 de novembro, no Café Seara, no Monte da Estrada, freguesia de Relíquias; no dia 30 de novembro a festa aconteceu no Café Fonte Nova, em S. Martinho das Amoreiras; no dia 14 de dezembro as Sonoridades foram até ao Café Flor da Serra, em Ribeira do Ruivo, freguesia de S. Teotónio; no dia 28 de dezembro, a iniciativa terminou em grande, no Café Ângelo, em Cortes Pereiras, freguesia de Santa Clara-a-Velha.

Nas quatro tardes, a música encheu os espaços, com canto ao baldão acompanhado pela viola campaniça. No final da tarde e pela noite fora, os convidados foram a artista Maria do Alto Mira, o Grupo Musical Amoreirense, o grupo de música tradicional Atar e Por ao Fumeiro, poetas populares e acordeonistas locais.

Na componente gastronómica, provou-se o ensopado de borrego, cozido de couve, cozido de grão, feijoada à alentejana, galinha à moda do campo, leitão grelhado no cravão, javali estufado, salada de orelha, carne de porco frita, sem esquecer os enchidos, queijos, torresmos, o vinho e o pão da região.







## CONCURSO DE BANDAS ROCK EM ODEMIRA

Foram três noites de puro rock em Odemira no Concurso de Bandas, promovido pela Odemira-te - Associação Cultural e Artística de Odemira, com o apoio do Município de Odemira. Entre concorrentes e convidadas, foram 16 as bandas de vários pontos do país que atuaram no palco do Espaço Jovem, nas noites de 21 de dezembro (1ª eliminatória), 25 de janeiro (2ª eliminatória) e 22 de fevereiro (final). Os sons foram do metal ao rock alternativo, post rock, metal core, hardcore ou trash

metal, sempre com grande adesão.

O objetivo da organização ao promover este e outros eventos do género é dinamizar a vila, proporcionar uma oferta musical diferente e trazer ao concelho bandas rock de todo o país.

As três bandas vencedoras, Young Redemption (metal core, Loulé), Brun Damage (metal, Lisboa) e Earth Drive (post rock, Montijo), ganharam o acesso ao palco do

Festival Mira Fest, agendado para os dias 11 e 12 de abril, também no Espaço Jovem, em Odemira.

Para as duas noites de abril estão já confirmadas as bandas Omission (Espanha) e Ultimhate (França) e as bandas nacionais Olocausto Canibal, Crise Total, Devil In Me, Primal Attack, Destroyers Of All, Overcome, Backflip, Don't Disturb My Circles, Since Today, An X Tasy, Contra Corrente, Twelve 2 Go e Dirt 2 Death.

### BDTECA

## MOSTRA DE BANDA DESENHADA ANIMA ODEMIRA

A Biblioteca Municipal recebeu, entre janeiro e março, a 8ª edição da BDTECA, promovida pelo Município de Odemira e Sopa dos Artistas - Associação Local de Artistas Plásticos, com o objetivo de divulgar este género artístico e afirmar Odemira como um dos principais centros de desenvolvimento da BD.

O vencedor do concurso de BD foi Tiago Pinto, do Cacém, que participou com o trabalho "A oferenda", recebendo o prémio de 300 euros. Em 2º lugar ficou Francisco Sousa Lobo (Lisboa, com o trabalho "Long Live the Silver Skates"). O 3º classificado foi César Évora (Caldas da Rainha, com o trabalho "A sova: e uma possível explicação para a extinção do lobo da Tas-

mânia"). O júri atribuiu duas Menções Honrosas, a Luís Miguel de Campos Guerreiro (Sines) e a Jorge Ferreira (S. Luís). Os 12 trabalhos participantes estiveram em exposição na Biblioteca, entre os dias 1 e 21 de março.

Entre os dias 25 de janeiro e 27 de fevereiro a Biblioteca recebeu a exposição de BD do autor Luís Henriques, dirigida ao público jovem. No dia 20 de fevereiro, decorreu uma animação de leitura da história "As aventuras de Zé Leitão e Maria Cavalinho", direcionada às crianças do 1º ciclo, pelo autor de BD e ilustrador Pedro Leitão. A feira do Comic Book e da BD voltou a marcar presença, disponibilizando os títulos recentes e os clássicos da BD.





>> conhecimento

>> desporto



## 1ª TAÇA CONCELHIA DE BTT

O concelho de Odemira vai receber a 1ª Taça Concelhia de BTT, que integra seis provas de “cross country” promovidas por clubes e associações do concelho, em colaboração com o Município de Odemira.

Esta iniciativa surge da vontade do Município de Odemira em afirmar o BTT como modalidade estratégica no concelho, não só a nível de competição como também de lazer e desenvolvimento económico, contando para tal com o envolvimento de clubes e associações locais dinamizadoras desta modalidade. Devido às excelentes características do concelho para a prática da modalidade, esta é uma das modalidades

que mais tem crescido no concelho, seguindo a tendência verificada a nível nacional.

As provas oferecem dois percursos, maratona (entre os 60 e 80 km) e a meia-maratona (40 a 50 km), sendo que a classificação final de cada atleta é estabelecida pelo somatório dos pontos conquistados, com prémios monetários para os três primeiros classificados nos escalões masculino e feminino, nas duas distâncias.

A primeira prova aconteceu no dia 9 de março, no âmbito 9ª edição da Maratona de BTT “A Caminho da Primavera”, promovida pelo Clube BTT Odemira.

**9 mar** | A Caminho da Primavera | **Odemira** | Clube BTT Odemira

**19 abr** | Circuito por Terras do Mira | **Santa Clara-a-Velha** | Sporting Clube Santaclarenses

**1 mai** | Rota das Águas | **Boavista dos Pinheiros** | Juventude Clube Boavista

**1 jun** | Rota do Medronho | **Amoreiras-Gare** | Grupo Desportivo e Recreativo de Amoreiras-Gare

**29 jun** | Entre Moinhos | **S. Teotónio** | BTT Grupo Desportivo Renascente

**27 jul** | Entre o Rio e o Mar | **Longueira** | ACR-DL - Duraizos

Odemira BTT

## MAIOR REDE DE PERCURSOS DE BTT DO PAÍS

Está em preparação o projeto Odemira BTT, uma rede de cerca de 1200 km de percursos para BTT no concelho, assumindo-se Odemira como principal destino nacional para a prática desta modalidade, não só pela estruturação da oferta turística e técnica para a prática da modalidade, mas sobretudo pela qualidade ambiental

e paisagística do território.

O projeto implica o levantamento e marcação no terreno dos trilhos existentes e a criar e a sua disponibilização online, para que qualquer pessoa possa percorrer o território odemirense em BTT, de forma autónoma.

O projeto resulta de um protocolo estabelecido entre o Município de Odemira e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, através do e-GEO, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional. A criação do produto turístico “Odemira BTT” irá envolver os agentes locais ligados à atividade desportiva e turística.

## MUNICÍPIO ATRIBUI 115 MIL EUROS A CLUBES E ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS

O Município de Odemira aprovou, por unanimidade, atribuir o total de 115.250,00€ a clubes e associações desportivas do concelho, para a época desportiva 2013/2014, no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Prémios de Atividade Desportiva, com o objetivo de promover a prática desportiva entre a população e apoiar as coletividades locais.

Os clubes e associações desportivas assumem um papel vital na implementação

e dinamização da prática desportiva no concelho, contando com o apoio da autarquia no percurso das competições desportivas nas quais os clubes participam. Apesar do futebol a ser a modalidade mobiliza a maior parte das coletividades, são muitos os adeptos e praticantes de outras vertentes desportivas, com a consequente aposta das coletividades em modalidades como o atletismo, BTT, desportos náuticos, artes marciais, columbofilia, tiro, entre outras.







## POTENCIAR A CANOAGEM NO CONCELHO

Potenciar, afirmar e divulgar as excelentes condições que o concelho de Odemira oferece para treinos e competições de canoagem é o objetivo de uma estratégia definida pela autarquia, para tornar o concelho mais atrativo para os atletas. Pretende-se potenciar os recursos naturais, através do investimento em acessibilidades e em infraestruturas que ofereçam aos atletas melhores condições.



O projeto está a ser desenvolvido em parceria com a Federação Portuguesa de Canoagem, com a qual o Município de Odemira estabeleceu um protocolo de colaboração, assinado no dia 22 de fevereiro, em Vila Nova de Milfontes, pelo autarca José Alberto Guerreiro e pelo Presidente da Federação, Victor Manuel Taborda Félix.

O território de Odemira tem uma vantagem estrutural extraordinária, devido à conjugação do mar, o rio Mira e a barragem de Santa Clara, o que resulta num cenário privilegiado para a prática e treino de alta competição de canoagem, não só ao nível das águas, como também de clima ameno, variedade de alojamento e tranquilidade.

Este é um projeto cujo investimento poderá rondar um milhão de euros, que passará também por parcerias com outras entidades públicas e privadas, e que deverá ser implementado nos próximos dois anos.

O Município quer atrair mais clubes e seleções nacionais e estrangeiros para realizarem os seus estágios, uma vez que Vila Nova de Milfontes já é procurada há alguns anos por praticantes internacionais da modalidade, sobretudo de países do norte da Europa, onde o rigor do inverno faz gelar os rios e lagos.

A realização de grandes eventos desportivos é também uma das apostas, numa parceria entre o Município de Odemira, Clube Náutico de Milfontes, a Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes e Milfontes Canoe Village - Canoe and Kayak Training Camp, que só neste inverno já recebeu cerca de 300 canoístas, de países como Alemanha, Bélgica, Bielorrússia, Cazaquistão, Coreia do Sul, Finlândia, França, Holanda, Inglaterra, Nova Zelândia, Polónia, Ucrânia e Uzbequistão.

O rio Mira é o local de treino de canoístas de alto nível, como o atual campeão olímpico de C1 200 metros, o ucraniano Yuri Cheban, e a ex-atleta alemã Birgit Fischer, oito vezes campeã olímpica e 27 vezes campeã do mundo.



### Tour Odemira / Milfontes

O rio Mira juntou dezenas de atletas para um treino aberto de canoagem entre Odemira e Vila Nova de Milfontes, no dia 15 de dezembro, numa manhã fria e de cerrado nevoeiro. Participaram atletas de oito países diferentes, entre os quais dois campeões olímpicos e três campeões do Mundo de canoagem.



### Troféu Milfontes Canoe Village

No dia 22 de fevereiro, decorreu o 1º Troféu Milfontes Canoe Village, uma regata internacional de canoagem, em Vila Nova de Milfontes, que mobilizou cerca de 150 atletas de 12 nacionalidades diferentes, em K1 Sénior e Júnior Masculino e Feminino e em C1 Sénior e Júnior Masculino, num circuito de 5 mil metros.

# >> deliberações

## REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 21 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013

Aprovou, por maioria, com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, a proposta n.º 1/2013 P, datada de 15 de outubro de 2013, proveniente do gabinete do senhor Presidente referente à fixação de vereadores de tempo inteiro para o quadriénio de 2013/2017.

Aprovou, por unanimidade, a proposta n.º 3/2013 P, datada de 15 de outubro de 2013, proveniente do gabinete do senhor Presidente referente à ratificação de atos praticados durante o período de gestão.

Concedeu, por unanimidade, à empresa TOPBET - Trabalhos de Obras Públicas e Pavimentos Betuminosos, uma prorrogação de prazo a título gracioso, pelo período de 31 dias, referente à obra de pavimentação da ligação entre a EN 389 e a EN 262 - Lanço Colos/Bicos.

## REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 22 DE 29 DE OUTUBRO DE 2013

Aprovou, por unanimidade, o protocolo para o enquadramento de pessoal destinado a integrar a Equipa de Intervenção Permanente de Odemira, a celebrar entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira e a Câmara Municipal de Odemira. Concedeu também, por unanimidade, plenos poderes ao senhor Presidente da Câmara para outorgar em representação do Município, bem como remeter à Assembleia Municipal.

Aprovou, por unanimidade a proposta n.º 4-A/2013 P, datada de 21 de outubro de 2013, proveniente do gabinete do senhor Presidente, referente ao regimento de funcionamento da Câmara Municipal de Odemira para o quadriénio de 2013/2017.

Aprovou, por unanimidade, a proposta de estacionamento rotativo para a Rua da Bemposta em S. Teotónio, a qual prevê a implementação de dois a três estacionamentos rotativos, com a limitação do estacionamento a 60 minutos, nos dias úteis das 8h às 18h, junto à Clínica Médica Dr. José Carlos Delgadinho. Aprovou, por unanimidade, o pedido de Sinalização Vertical na Rua Sacadura Cabral e na Rua das Candeias em Sabóia.

Aprovou, por unanimidade, a aplicação de sinalização de estacionamento proibido em Sabóia, na Rua das Candeias e na Rua Miguel Bombarda, em Vale Santiago, na Rua do Poço Novo, com o intuito de possibilitar a recolha de resíduos sólidos.

Aprovou, por unanimidade, a intervenção no CV 1-9, sito na freguesia da Boavista dos Pinheiros, com o intuito de reforçar a sinalização vertical no referido caminho, bem como, a colocação de uma placa de perigo com designação máquinas em manobra.

## REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 23 DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013

Aprovou, por unanimidade, a proposta n.º 6-A/2013 P, datada de 4 de novembro de 2013, proveniente do gabinete do senhor Presidente, referente à fixação da Derrama para 2014.

Aprovou, por unanimidade, a proposta n.º 7-A/2013 P, datada de 4 de novembro de 2013, proveniente do gabinete do senhor Presidente, referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP).

Aprovou, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, a proposta n.º 8-A/2013 P, datada de 4 de novembro de 2013, proveniente do gabinete do senhor Presidente, referente à fixação das Taxas para vigorar em 2014.

Aprovou, por maioria com os votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, a proposta n.º 9-A/2013 P, proveniente do gabinete do senhor Presidente, referente à participação do Município no IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Aprovou, por unanimidade, a proposta n.º 13-A/2013 P, datada de 11 de novembro de 2013, proveniente do gabinete do senhor Presidente, referente à alteração da estrutura orgânica dos serviços municipais de Odemira.

Aprovou, por unanimidade, a alteração ao caderno de encargos, fórmula de revisão de preços, e a alteração ao mapa de quantidades de trabalho, referente à empreitada de regularização do barranco do Ameixal em Sabóia.

Aprovou, por unanimidade, a alteração dos limites a delimitação de área de reabilitação urbana para Vila Nova de Milfontes.

Aprovou, por unanimidade, a numeração de polícia na Rua da Boavista e Rua da Vila, na freguesia de Boavista dos Pinheiros.

Aprovou, por unanimidade, a numeração de polícia da Avenida do Sul, Rua do Sol, Rua Rogério Oliveira Marcelino e Travessa da Meia Noite, na freguesia de Boavista dos Pinheiros.

## REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 24 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013

Aprovou, por unanimidade, a alteração ao Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Odemira e alteração ao Regulamento de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Odemira: SIR - Sistema de Indústria Responsável (decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto).

Aprovou, por unanimidade, a numeração polícia na Rua Francisco Martins e Rua Monte da Vinha, sitas em Portas do Transval, na freguesia de São Salvador e Santa Maria.

Aprovou, por unanimidade, a numeração polícia na Rua do Sobreiro, na Rua da Portelinha e na Travessa do Transval, sitas em Portas do Transval, na Freguesia de São Salvador e Santa Maria.

Aprovou, por unanimidade, a lista provisória de Prémios de Atividades Desportivas para a época 2013/2014.

Ratificou, por unanimidade, o ato praticado pelo senhor Presidente referente à identificação das águas balneares e duração da época banhar de 2014.

Aprovou, por unanimidade, a proposta de abastecimento de água em "alta" a Fomalhas Velhas, Fomalhas Novas e Bicos - Agda - Águas Públicas do Alentejo, S.A. devendo o assunto ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.

## MOÇÃO

### O NOVO REGIME JURÍDICO E A NOVA LEI DE FINANÇAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS UM RETROCESSO NO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO

#### UM CORTE INACEITÁVEL DE 7,5 MILHÕES NAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS PARA ODEMIRA

A Lei 73/2013 de 3 de setembro e a Lei 75/2013 de 12 de setembro estabelecem respetivamente, a nova lei das finanças locais (LFL) e o novo regime jurídico das autarquias locais (RJAL), aprovando o estatuto das entidades intermunicipais, as regras da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, determinando também as regras de transferência de competências das câmaras municipais para as juntas de freguesia e o novo regime jurídico do associativismo autárquico. Este quadro legal veio estabelecer o modelo de financiamento das Autarquias Locais a partir de 2014 e regular o atual regime de enquadramento da atuação das autarquias, assim como das comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas, as quais se determinou que passem a integrar a noção concetual de entidades intermunicipais.

Relativamente à Lei 73/2013, constata-se mais uma vez que o Governo desvaloriza a Constituição da República Portuguesa (CRP), pois esta determina a justa repartição dos recursos públicos, incluindo as Autarquias Locais, devendo garantir-se a atribuição de recursos de natureza financeira, suficientes para o desempenho das atribuições de que sejam legalmente incumbidas, gerindo de forma autónoma e independente do Poder Central.

Analisada a aplicação prática desta lei, conclui-se que os seus efeitos são consideravelmente lesivos do princípio da justa repartição de recursos públicos para os municípios e freguesias de grande extensão territorial e baixas densidades, afetando gravemente a capacidade de gestão e autonomia destes, pois para um concelho como Odemira que representa 2% do território nacional e 6% do Alentejo, com 1721 Km<sup>2</sup> de área (2,5 vezes maior que a área da ilha da Madei-

ra), com 80 aglomerados populacionais, com mais de 500 Km de estradas e caminhos pavimentados, 2500 Km de caminhos em terra batida, mais de 55 Km de Costa Atlântica totalmente em Parque natural fortemente condicionado, são disponibilizados em 2014, recursos de 13.3 milhões de euros para o município e 1,2 milhões para as suas 13 freguesias, correspondendo a uma redução efetiva anual de 7,5 milhões de euros relativamente ao que deveria estar a receber pela aplicação da anterior Lei das Finanças Locais, constatando-se que a participação dos municípios nos impostos do Estado será idêntica àquela que receberam em 2005.

Perguntarão alguns como é possível? Pois é, em 2009 a DGAL oficiou a Câmara do cálculo da aplicação da Lei 2/2007 a Odemira, resultando em 20.879.018 euros, mas igualmente da aplicação do "Efeito Travão" que se traduziu na retenção de 5.771.329 euros, facto que mostra bem a enormidade do retrocesso das transferências a que Odemira fica sujeita para o futuro quando em 2013 são aprovados 13.307.895 euros.

Mais se sublinha que aos municípios são retiradas importantes receitas, uma vez que é eliminada em 3 anos, como receita municipal, a partir de 2016, o produto da cobrança do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMI), é transferido para as entidades intermunicipais o montante de 0,3% do FEF, é alocado ao Fundo de Apoio Municipal uma participação, de base universal, de valor global correspondente a 4% do FEF do respetivo ano, entre isenções diversas no IMI e afetações a receitas das freguesias.

Mas, ao mesmo tempo que a LFL promove a redução de recursos das Autarquias, pelo contrário, a Lei 75/2013 consagra como atribuição das autarquias tudo o que diga respeito à promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, o mesmo valendo a propósito das entidades intermunicipais, enquanto integradoras de um conjunto de municípios, opção que constitui um dos elementos matriciais desta lei, a par da agilização dos fluxos decisórios, conferindo aos diversos órgãos autárquicos os poderes compatíveis com a respetiva natureza.

No que tange às freguesias, importa referir que esta lei vem ampliar as competências da junta de freguesia, designadamente no que respeita a: promoção e execução de projetos de intervenção comunitária e iniciativas de ação social; emissão de parecer sobre a denominação das ruas e praças das localidades e povoações; conservação, gestão e limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos; gestão e manutenção de parques infantis, chafarizes e fontanários; colocação e manutenção de placas toponímicas; conservação e reparação de sinalização vertical não iluminada instalada nas vias municipais; manutenção e conservação de pavimentos pedonais; e ainda as competências de controlo prévio, como sucede no caso dos arrumadores de automóveis, da venda ambulante de lotarias ou das atividades ruidosas de caráter temporário.

No que diz respeito às entidades intermunicipais (CIM), o Governo entende que estas devem integrar o âmbito do RJAL, desde logo em função da sua natureza e também porque a sua génese está indissociavelmente ligada aos municípios que as integram, determinando que qualquer entidade intermunicipal inclua, pelo menos, cinco municípios, devendo ainda a respetiva circunscrição territorial abranger um mínimo de 90 mil habitantes. Determina-se ainda o reforço da natureza genérica das atribuições das entidades intermunicipais, independentemente da respetiva espécie, propondo-se garantir a concretização da efetiva articulação com os municípios. Esta lei pretende, assim, acautelar a introdução de um regime legal de enquadramento da transferência de competências para as autarquias e entidades intermunicipais que o Governo procura incentivar enquanto expressão de um novo fator de reorganização do próprio Estado, alegando a valorização do papel das CIM das cinco regiões administrativas no Continente de Portugal, enquanto instrumento fundamental para a racionalização das funções do Estado, tornando-o mais próximo dos cidadãos e suas organizações, públicas e privadas.

Em nosso entender, este é mais um erro de percurso, porque as Regiões Administrativas são um instru-



mento essencial à racionalização do Estado, ficando evidente que o Governo encontrou mais uma forma de “fintar” a regionalização prevista constitucionalmente.

Há serviços centrais que há muito deixaram de fazer sentido e as suas funções seriam exercidas com muito maior eficácia e eficiência pelas Regiões.

Há serviços desconcentrados do Estado que se integram com muito maior racionalidade na futura orgânica regional sem riscos de quaisquer duplicações. A regionalização é decisiva no combate ao desperdício de recursos públicos e na criação de sinergias em serviços regionais, muito para além da tradicional lógica verticalizada e muito burocratizada da atual Administração Central Portuguesa.

As Regiões Administrativas são ainda fundamentais por razões de maior proximidade, de maior flexibilidade de atuação e de melhor conhecimento das realidades concretas dos seus territórios. Decidir bem, depressa e de forma próxima é condição chave para um combate eficaz e eficiente à grave crise económica e social que vivemos.

Por outro lado, segundo o anúncio do Governo, a mudança de modelo autárquico agora prevista visa uma reforma da gestão, da política e do território e pretende propiciar uma administração mais eficaz e eficiente com a consequente racionalização dos recursos públicos, algo que está longe de parecer possível, a julgar pelo número de CIMs, pela natureza dos seus órgãos, pelas vagas atribuições que se preveem e pelos meios financeiros disponibilizados para a sua ação.

Foi neste quadro geral e apesar das considerações e propostas apresentadas pela ANMP, o Governo entendeu levar por diante a presente lei, a qual pelo tempo da sua aprovação e pelas suas implicações diretas e imediatas na vida dos municípios e das freguesias, merece uma apreciação negativa, exigindo aos responsáveis políticos pela sua implementação uma imediata avaliação dos seus efeitos, designadamente quando cruzada com os meios disponibilizados pela aplicação direta da lei 73/2013 de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais), no momento em que esta se apresta para ter efeitos legais, a partir de 1 de janeiro de 2014.

Parece que o Governo deu como adquirido que desde o dia seguinte às eleições autárquicas de 29 de setembro último, todas as Juntas de Freguesia teriam recursos humanos, materiais e técnicos capazes e suficientes para lidar com todas as novas competências (próprias e delegadas) que estão agora previstas na lei para estas entidades o que de modo algum sucede, designadamente em concelhos como o de Odemira.

Na verdade, o Governo deve ter-se esquecido de ponderar os efeitos práticos da sua aplicação e do considerável acréscimo de competências das freguesias face ao ínfimo acréscimo de recursos previstos, com efeitos catastróficos nas freguesias de tipo rural, em territórios de baixa densidade e de grandes extensões territoriais.

Atribuir as novas competências descritas às freguesias e afetar apenas o acréscimo dos recursos financeiros originados por 50% do IMI rústico e 1% do IMI urbano é no mínimo desconhecer a realidade heterogénea do país.

Esta compensação é totalmente inaceitável, pois além das dúvidas relativas à potencial receita futura associada ao IMI urbano (em 2013 representou em Odemira 26.000 euros), o IMI Rústico vai ter uma receita de montante imprevisível, mas que o Governo afirma ser de crescimento exponencial, quando e se for efetuado o cadastro de propriedade rústica.

Não podem os municípios e as freguesias viver de expectativas e defraudar as populações. Não deviam ser atribuídas novas competências às freguesias sem os correspondentes meios para as executar, não podendo o Governo esperar dos municípios uma tão grande compensação de apoios justamente reivindicados pelas freguesias.

A um acréscimo médio de 2000 euros por freguesia com origem no 1% do IMI urbano e de 500 euros nos 50% do IMI rústico, verificado em Odemira, corresponde um acréscimo de competências próprias das freguesias de dezenas de milhares de euros, pelas novas obrigações decorrentes da entrada em vigor do RJAL.

Será que se ignoram os efeitos decorrentes de tais

obrigações, por exemplo em materiais, em deslocações, aquisições e exigência de recursos técnicos, que as freguesias com estas características não dispõem nem podem adquirir?

Importa lembrar que as atribuições são as áreas de atuação e as competências os poderes funcionais atribuídos aos órgãos.

Neste contexto, a Lei 75/2013, deveria, mais do que identificar, balizar o âmbito e a extensão das competências das CIM, dos Municípios e das Freguesias, para a prossecução das atribuições que lhes afeta, ainda mais num momento em que atribui novas competências a todas estas entidades, propõe transferir algumas destas dos Municípios para as CIM e considera delegadas algumas competências dos Municípios para as Freguesias.

Não será demais lembrar que a descentralização determinada pela CRP (artº 6º) é de descentralização democrática da Administração Pública, rejeitando fórmulas impositivas, e que pela aplicação do Princípio da Subsidiariedade, pressupõe o diálogo e conhecimento das realidades, com o objetivo central de identificar qual o nível da administração melhor posicionado para uma resposta mais eficaz aos problemas concretos.

É por demais evidente que o RJAL não segue este princípio, antes promovendo uma transferência unilateral (não negociada) de competências que permite apenas aligeirar outros níveis da Administração das suas responsabilidades nessas matérias.

Em suma, este novo regime legal estabelece um quadro negro para o atual mandato autárquico que importa denunciar e repudiar, ignorando as recomendações da ANMP e da ANAFRE aquando da discussão da proposta de Lei e apostando no experimentalismo. Pelas razões expostas proponho que a Câmara Municipal de Odemira reunida em 19 de Dezembro de 2013, delibere:

1. Condenar o atentado ao poder local e à coerência das políticas territoriais que representam as Leis 73/2013 e 75/2013 que estabelecem respetivamente, o novo modelo de financiamento das autarquias, e o regime jurídico das autarquias locais incluindo o estatuto das entidades intermunicipais.

2. Denunciar a ignorância que estas Leis fazem da Constituição da República, não propiciando a justa repartição dos recursos do Estado e iludindo a necessária criação das regiões administrativas.

3. Rejeitar as intervenções legislativas que pretendem limitar cada vez mais a autonomia política, administrativa e financeira das Autarquias Locais.

4. Denunciar a enorme gravidade que encerra a Lei de Finanças Locais para o presente e para o futuro do Poder Local, sendo a mesma arrasadora para o futuro e gerando situações, a curto prazo, que levará a que muitos municípios não possam cumprir os padrões de qualidade de vida que o Poder Local já propiciou à generalidade dos cidadãos.

5. Declarar inaceitável o reforço das competências das CIM, municípios e Juntas de Freguesia sem prever o correspondente reforço de meios financeiros.

6. Reforçar a indispensabilidade de um modelo dinâmico de transferência de competências para as autarquias locais.

Mais, proponho, que no caso de aprovação desta MOÇÃO deverá ser dado conhecimento da mesma ao público em geral, publicando-a no Site de Internet do Município, no Boletim Municipal e, em particular, às seguintes entidades:

- Sua Exª o Presidente da República,
- Sr. Primeiro Ministro,
- Sr.ª Ministra das Finanças,
- Sr. Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional,
- Sr. Secretário de Estado da Administração Local,
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República,
- Associação Nacional de Municípios Portugueses,
- Associação Nacional de Freguesias,
- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral,
- Assembleia Municipal de Odemira,
- Juntas de Freguesia do Concelho de Odemira.

Odemira, 19 de dezembro de 2013  
O Presidente da Câmara Municipal,  
José Alberto Guerreiro, Engº.

## MOÇÃO EM DEFESA DO ENSINO DE QUALIDADE PARA TODOS

Apresentada pelo eleito pelo Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Odemira e aprovada, por maioria, na sessão ordinária deste Órgão, realizada no dia 20/12/2013.

“Considerando que:

1. A declaração universal dos direitos da Criança consagra o Direito a especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social.

2. O despacho n.º 5048-b/2013 estabelece os critérios para a constituição de turmas nos vários níveis de ensino.

3. Existem várias turmas no concelho de Odemira onde são cumpridos os critérios estabelecidos, nomeadamente aqueles onde há alunos com necessidades educativas especiais.

4. Existe um claro défice de docentes de ensino especial e terapeutas para acompanhamento dos alunos com necessidades especiais.

5. As distâncias entre as várias Escolas de 1.º Ciclo, impossibilitam o desdobramento de Professores do ensino especial pelas várias escolas dos Agrupamentos.

Assim, a Assembleia Municipal de Odemira reunida em sessão ordinária, no dia 20 de dezembro de 2013, delibera:

- Exigir ao Ministério da Educação e ao Ministério das Finanças que cumpram a lei e autorizem a divisão das turmas irregularmente construídas, bem como, providencie a colocação dos professores e terapeutas em falta, para cumprimento das normas estabelecidas na legislação.

(Esta moção, depois de aprovada, deverá ser remetida ao Governo, Ministro da Educação, Ministro das Finanças, Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Assembleia da República, Grupos Parlamentares e Comunicação Social.

A Presidente da Assembleia Municipal,  
Natália Cabecinha

## MOÇÃO REPÚDIO PELA RETENÇÃO DE VERBAS DOS MUNICÍPIOS INSCRITO NO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014

Apresentada pelo eleito pelo Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Odemira e aprovada, por maioria, na sessão ordinária deste Órgão, realizada no dia 20/12/2013.

“Considerando que:

1. O orçamento de Estado para 2014, aprovado apenas pelo PSD e CDS/PP, prevê o mais baixo valor de transferência para os municípios desde 2005. Em relação a 2013, a redução do Fundo de Equilíbrio Financeiro é superior a 50 milhões de euros e no quadro do IRS a redução é de mais de 17 milhões de euros. A quebra, nos últimos 4 anos, dos valores transferidos do Estado para os municípios é já superior a 40% como refere a ANMP.

2. A Lei do Orçamento de Estado para 2014 prevê ainda a retenção, pelo Estado de 0,1% do Fundo de Equilíbrio Financeiros (FEF), revertendo esta para a receita própria da DGAL. Ora, não competindo aos municípios financiar o funcionamento dos organismos da administração central, tal retenção consiste numa grosseira violação da autonomia do poder local democrático.

3. Esta verba, abusivamente retida, representa uma importante quebra de receitas dos municípios com origem no Orçamento de Estado, afetando o equilíbrio das contas e reduzindo a capacidade de investimento municipal.

Assim a Assembleia Municipal de Odemira, reunida em sessão ordinária no dia 20 de dezembro de 2013:

a) Manifesta veemente repúdio pelo brutal corte nas transferências do Orçamento de Estado e pela abusiva retenção de verbas dos municípios, incluídos no Orçamento de Estado para 2014, condicionando a aplicação do princípio da estabilidade orçamental e o equilíbrio financeiro das autarquias locais, em claro prejuízo da sua capacidade de investimento.

b) Apela à fiscalização preventiva da constitucionalidade do OE 2014 e caso esta não seja suscitada pelo Presidente da República, à fiscalização sucessiva desta e de outras medidas inscritas neste Orçamento que afetam gravemente não só os municípios, mas as condições de vida do povo português.

c) Depois de aprovada, esta Moção será enviada ao

# >> deliberações

Presidente da República, ao 1.º Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à ANMP e aos órgãos de comunicação social.  
A Presidente da Assembleia Municipal,  
Natália Cabecinha

## MOÇÃO

### NOVO MAPA JUDICIÁRIO AFASTA A JUSTIÇA DOS CIDADÃOS

#### Justiça a mais de 100 km de Odemira

No dia 6 de fevereiro, foi aprovada em Conselho de Ministros a versão final do diploma regulamentar da Reorganização Judiciária. Esta nova versão do Mapa Judiciário prevê o encerramento de 20 tribunais e a conversão de 27 tribunais em secções de proximidade. O novo modelo prevê que as atuais 231 comarcas passam a ser apenas 23, com sede nas capitais de distrito e, consequentemente, um significativo alargamento da competência territorial. O Ministério da Justiça aposta na especialização, pelo que alguns tribunais, que agora são de competência genérica, passam a ter competências especializadas – atualmente há 77 tribunais com competência especializada, que serão substituídos por 220 secções especializadas. Já os tribunais de comarca passam a ser instâncias centrais, destinadas a causas de valor mais elevado, de especial complexidade ou especializadas em razão da matéria. As instâncias centrais julgam causas acima de 50 mil euros, crimes da competência de tribunais coletivos, e têm secções de competência especializada (Comércio, Execução, Família e Menores, Instrução Criminal e Trabalho) que podem situar-se noutras localidades do distrito.

Quanto às secções de proximidade, onde haverá oficiais de justiça, terão acesso ao sistema e prestarão informações gerais e sobre os processos, realizando atos por videoconferência e eventualmente audiências ou sessões de julgamento.

O novo Mapa Judiciário e o desenvolvimento local É comumente aceite que a existência de Tribunais, a par de outras infraestruturas, constitui um fator impulsionador do desenvolvimento económico e social local, contribuindo para a fixação das populações nos locais onde estas estruturas existem.

O modelo de Comarca e Secções Especializadas centralizado na capital de Distrito, previsto no novo mapa judiciário poderá contribuir gravemente para a inversão desta tendência senão para o seu agravamento, pois além da concentração de serviços, que pode implicar uma demora ainda maior na resolução de processos, a Justiça fica mais longe, colocando muitas empresas, cidadãos e profissionais da Justiça a demasiadas dezenas de quilómetros das sedes dos tribunais, com os inerentes incómodos e despesas.

O Novo Modelo é “uma InJustiça” para Odemira

O atual modelo adotou o funcionamento experimental da Comarca Piloto do Litoral Alentejano em execução desde 20/04/2009, integrando o Juízo de Odemira, que abrange todo o município de Odemira. A experiência entretanto recolhida da implementação da atual Comarca do Alentejo Litoral em contraponto com a proposta agora aprovada pelo Governo do Novo Mapa Judiciário, aponta para as seguintes realidades em Odemira:

- O Tribunal de Odemira havia perdido competência nas áreas de família, menores e trabalho cujos processos têm vindo a ser instaurados, instruídos e julgados no Tribunal de Sines (propõe-se agora que passe para Beja, a 100 Km de Odemira);

- Os processos cíveis de maior valor económico passaram a ser instaurados, instruídos e julgados no Juízo de Grande Instância Cível de Santiago do Cacém (propõe-se agora que passe para Beja, a 100 Km de Odemira);

- As partes nos processos, as testemunhas, os advogados e outros intervenientes processuais deslocam-se, em regra, a Sines ou Santiago do Cacém quando têm diligências no âmbito daquele tipo de processos, com os consequentes gastos em deslocações e outros incómodos (propõe-se agora que passe para Beja, a 100 Km de Odemira);

- Com este novo Mapa Judiciário há populações que ficarão a mais de 130 Km da Justiça, como é o caso de Vila Nova de Milfontes;

- O aumento das custas judiciais há muito que veio dificultar ainda mais o acesso dos cidadãos à Justiça,

agora também mais fora de portas e mais longe dos cidadãos de Odemira em áreas essenciais como são a de família, menores e trabalho;

Novo Modelo agrava o acesso à justiça em Odemira! Perante este quadro, o atual e o novo modelo estão longe de satisfazer as entidades e os cidadãos locais, à qual se juntam as queixas de advogados do Concelho de Odemira, e da Assembleia Municipal que aprovou por unanimidade, em 30/06/2009, uma moção que enviou ao Governo em que contestam o funcionamento do atual mapa judiciário, reivindicando maior proximidade...ao invés o atual Governo vem propor maior afastamento!

A comprovar a contestação local ao atual modelo de Comarca, está a Moção Apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal de Odemira e aprovada por unanimidade e aclamação, na sessão ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no dia 30/06/2009, na qual aprovou:

“Recomendar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odemira que junto das entidades competentes, designadamente junto do Ministério da Justiça, desenvolva as diligências urgentes e indispensáveis ao restabelecimento do acesso à Justiça por parte dos cidadãos de Odemira em condições de dignidade, proximidade, e de custos justos e adaptados à sua condição económica, exigindo dos poderes públicos as medidas corretivas necessárias.”

Durante a apreciação daquela proposta foram feitas intervenções no sentido de se manter a vigilância dos membros desta Assembleia relativamente à execução dessa proposta;

“No caso de não serem corrigidas por quem de direito e em tempo razoável, os erros e retrocessos que o funcionamento da comarca experimental do Alentejo Litoral trouxe às populações de Odemira, a Assembleia Municipal não deixará de acompanhar os cidadãos deste concelho nas diligências que se impuserem para repor equilíbrio e equidade no acesso à Justiça por parte dos municípios deste concelho”.

Posteriormente, a Câmara Municipal em 17/02/2011, e a Assembleia Municipal de Odemira em 25/02/2011 aprovaram por unanimidade uma moção de idêntico teor, reivindicando uma vez mais a revisão do atual mapa judiciário.

Mais recentemente, em 19/07/2012 no âmbito da proposta da reforma do mapa judiciário, encetado pelo atual governo, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, manifestar o geral descontentamento dos munícipes de Odemira relativamente ao acesso à justiça e dificuldades de funcionamento, reivindicando uma vez mais a urgente aproximação da justiça dos cidadãos com o regresso ao Tribunal de Odemira dos processos e julgamentos na área da família, dos menores, do trabalho e do Juízo de Grande Instância Cível.

Novo Modelo merece muitas críticas de vários quadantes

Uma das maiores críticas feita ao novo mapa judiciário, prende-se com o facto de em consequência da especialização das diferentes secções dentro das comarcas, poderem ocorrer situações em que causas que anteriormente seriam julgadas no tribunal perto do local onde os factos ocorreram, sejam agora atribuídas a tribunais distantes daquele, por serem estes agora os tribunais competente em razão da matéria, para julgar aquelas ações.

Neste novo mapa, agrava-se em muitos casos, muitas das vantagens decorrentes de uma “justiça de proximidade”, ou seja e exemplificando, a facilidade de deslocação das partes e testemunhas, bem como a exposição criada nos arguidos de serem julgados no tribunal da área onde residem e serem censurados em tribunal por aqueles com quem convivem diariamente.

Outra das críticas generalizada acentua que “Encerrar Tribunais ou desqualificá-los, obrigando populações a deslocar-se às capitais de distrito, representa a página mais negra que se alcança possa ser escrita pelos nossos governantes e traduz a capitulação do Estado numa das suas principais responsabilidades que é assegurar a administração da Justiça.”

Também o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público considerou “inexplicável” que o quadro de magistrados e de oficiais de justiça piore “significativamente” com o modelo de reorganização dos tribunais, considerando “absolutamente inaceitável” o

regime de gestão dos oficiais de justiça.

O Conselho Superior do Ministério Público considerou que a proposta do Governo foi uma “oportunidade perdida” para que fossem atualizados os quadros do MP.

Também a recém-eleita bastonária da Ordem dos Advogados, Elina Fraga, já declarou que um dos desafios imediatos será convencer o Ministério da Justiça a não avançar com o encerramento e desqualificação de vários tribunais.

Para a direção da ANMP, o novo mapa judiciário constitui mais um fator determinante para a desertificação de zonas menos populosas do país”, considerando que: “o que deve ser deslocado não é o povo, mas os agentes judiciais”, Considerando ainda que “esta organização deve privilegiar a maior proximidade no acesso aos Tribunais”.

Inserida no quadro de uma política de encerramento de serviços públicos que tanto prejudica as populações, esta lei vai ainda mais longe, ao privar comunidades e parcelas do território nacional do acesso, não apenas a um serviço público mas a uma função de soberania do Estado – a Justiça, pondo em causa a coesão nacional.

Com esta decisão, o governo não apenas viola o princípio constitucional do acesso dos cidadãos à justiça, em condições de igualdade, como torna ainda mais difícil e onerosa para as populações a resolução dos seus problemas nos tribunais do Estado.

A justiça em Portugal carece de uma reforma, mas esta não é a reforma adequada, nem uma mudança para melhor.

Perante o contexto descritivo a Câmara Municipal de Odemira, Manifesta ao Governo, aos restantes órgãos de soberania, instituições ligadas à área de Justiça e aos cidadãos em geral o descontentamento dos munícipes de Odemira relativamente ao agravamento das suas condições de acesso à Justiça e dificuldades de funcionamento, declarando a sua frontal oposição ao Novo Mapa Judiciário aprovado em Conselho de Ministros de 6 de fevereiro, reivindicando um Modelo de Mapa Judiciário que aprove a realização das diligências e dos julgamentos na área da família, dos menores, do trabalho e do atual Juízo de Grande Instância Cível no edifício do antigo Tribunal de Odemira, onde está atualmente instalado o Juízo de Odemira da Comarca do Alentejo Litoral com o objetivo de repor o funcionamento da Justiça perto dos cidadãos de Odemira e não de os afastar dela;

Mais se propõe Instaurar uma ação popular visando a defesa dos interesses das populações, com objetivo da salvaguarda do direito fundamental de acesso à Justiça em Odemira, se o quadro descrito não for alterado.

No caso de aprovação desta MOÇÃO deverá ser dado conhecimento da mesma ao público em geral, publicando-a no Site de Internet do Município, no Boletim Municipal, em dois jornais com distribuição local e um nacional e, em particular, às seguintes entidades:

- Presidente da República;
- Presidente da Assembleia da República;
- Primeiro-ministro;
- Ministra da Justiça;
- Conselho Superior da Magistratura;
- Procuradoria-Geral da República;
- Bastonária da Ordem dos Advogados;
- Delegação de Odemira da Ordem dos Advogados;
- Ao Juiz Presidente da Comarca-piloto do Litoral Alentejano;
- Assembleia Municipal de Odemira;
- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral - CIMAL;
- Assembleia Intermunicipal da CIMAL;
- Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo - CIMBAL;
- Assembleia Intermunicipal da CIMBAL;
- Assembleia Distrital de Beja.

Odemira, 20 de fevereiro de 2014

O Presidente da Câmara Municipal,  
José Alberto Guerreiro, Engº.

---

**Parecer da CMO no âmbito da Discussão Pública do Relatório do Grupo de Trabalho das Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (GTIEVA)**  
**GOVERNO “VIRA AS COSTAS”**  
**AO DESENVOLVIMENTO DO SUDOESTE ALENTEJO**  
**ENQUADRAMENTO**



O Governo de Portugal decidiu em 2013 criar um Grupo de Trabalho para produzir um relatório de propostas prioritárias a executar no horizonte 2020, a que chamou “Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado”, cujo documento foi recentemente divulgado e sujeito a discussão pública.

O Relatório do GTIEVA enquadra o âmbito, descreve os objetivos e produz uma lista em que o grupo de trabalho nomeado pelo Governo, presidido por José Eduardo Carvalho, identifica 30 investimentos (ferroviários, rodoviários, marítimo-portuários e aeroportuários), que segundo se afirma, são mais direcionados para a economia e com impacto a nível nacional. Dos primeiros 15 projetos selecionados, apenas um deles acontece na Região Alentejo, e na lista dos 30 projetos apontados, apenas 4 incidem sobre esta região, sendo 2 rodoviários e apenas com o objetivo de concluir obras suspensas cujo âmbito se propõe reduzir consideravelmente, como é o caso do IP8 entre Sines e Beja. Analisado este Relatório do Grupo de Trabalho das Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (GTIEVA), somos levados a concluir do “virar de costas” do Governo ao Desenvolvimento do Sudoeste Alentejano, pois mais uma vez o troço do IC4 (Sines/Lagos) ficou de fora, e uma vez mais, a Câmara Municipal de Odemira vem demonstrar o seu descontentamento e incompreensão sobre a matéria.

## A VIA DO SW (IC4)

Como é possível considerar-se prioritário em Portugal apenas 2 projetos rodoviários e o troço do IC4 (Sines/Lagos) não ser um deles?

Tratando-se o IC4 de uma obra que não só ajudaria a região e o País a desenvolver-se economicamente, permitindo uma via direta de um conjunto de mercadorias e bens a Sines e ao IP8 (e através deste à A2 e a Espanha), o crescimento da atratividade turística, para além de permitir uma ligação confortável e de menos de 1 hora de Odemira ao HLA – Hospital do Litoral Alentejano.

Será justo que Odemira continue a ser o concelho mais deficitário de todo o território nacional no que a acessibilidades regionais diz respeito?

Para quando:

Inverter a exclusividade de desenvolvimento policêntrico do país e da região?

Melhorar a acessibilidade intrarregional?

Contornar as restrições inerentes a uma zona de grande sensibilidade ambiental?

Responder ao acréscimo significativo de tráfego na Orla Costeira da zona?

Melhorar de forma efectiva os isócronas dos tempos de percurso?

Reforço das acessibilidades rodoviárias nesta zona?

Melhoria da segurança e de tempos de percurso de pessoas, bens e mercadorias?

Responder ao facto de se tratar de um território vasto com estruturação dos centros urbanos dependente da rodovia?

O Município de Odemira sempre defendeu formas de minimizar a sua condição regional periférica, bem como a tomada de medidas com o objetivo de melhorar o bem-estar, segurança, acessos a serviços essenciais e minimizar as adversidades na emergência quer da sua população como dos seus muitos visitantes e ordenar o território de acordo com os documentos estratégicos nacionais, regionais e locais. Assim, são condições essenciais a tomada de medidas e alternativas que visem o seguinte:

Minimizar os condicionalismos ambientais;

Contribuir para o desenvolvimento regional desta região;

Promover o desenvolvimento económico do Concelho de Odemira, aproximando os produtores e empresas das potencialidades dos investimentos estratégicos Aeroporto de Beja e Porto de Sines;

Promover a atratividade territorial do Concelho de Odemira, facilitando em termos de acessibilidade rodoviária a chegada de potenciais clientes, turistas e empreendedores;

Minimizar uma das maiores adversidades/drama dos odemirenses, o acesso aos centros hospitalares nos casos emergentes (Hospitais de Santiago do Cacém, Beja e Portimão);

Diminuir o paradigma de interioridade do eixo S. Martinho das Amoreiras/Luzianes-Gare/Santa Clara-a-Velha/Sabóia/Pereiras-Gare;

Promover a segurança das localidades de S. Teotónio e Odemira através de criação de circulares às referidas vilas.

## AS RAZÕES

A análise dos quatro factores estratégicos há muito identificados (Complexo Portuário-Industrial de Sines, Actividade Turística, Actividades Agro-Florestais e Socioeconomia Local) cujas respostas deveriam ser garantidas para solucionar a visão de sub-região consensualizada relativamente aos principais níveis de acessibilidade, identificam claramente as necessidades de reforço que a rede deve providenciar. No que ao Município de Odemira diz respeito, a caracterização é sintomática:

Serviço ao Complexo Portuário-Industrial de Sines  
“Dificuldades nas ligações com a envolvente sub-regional sul /sudeste”;  
Serviço à Actividade Turística

“Deficiente articulação entre os pólos de distribuição internacional e a frente turística litoral a sul de Sines”;

“Acessibilidade muito condicionada a toda a faixa turística litoral do Alentejo”;

“Reduzida articulação entre Alentejo Litoral e as centralidades do Barlavento Algarvio”;

“Muito reduzida acessibilidade à frente norte da faixa litoral e constrangimentos no troço sul”;

Serviço às Actividades Agro-Florestais

“Serviço muito deficiente ao Concelho de Odemira”;

Serviço à Socioeconomia Local

“Serviço muito deficiente ao Concelho de Odemira”;

“Relações condicionadas entre o Alentejo litoral e o Barlavento Algarvio”;

“Muito deficiente conectividade entre a zona sul do litoral alentejano e o pólo urbano Sines/Santiago do Cacém e V. N. Stº André”.

A Câmara Municipal de Odemira não pode ficar indiferente a este quadro e manifesta, desde já, o seu mais veemente protesto por este troço do itinerário – IC4 (Lagos/Sines), que tarda em servir esta região do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, não constar do referido relatório.

Não estamos a pedir auto-estradas ou Portos, estamos a pedir um itinerário complementar para uma zona bastante distante das grandes rodovias nacionais.

Em boa verdade, com a exclusão da conclusão do itinerário complementar do Sudoeste de Portugal (IC4) das prioridades para obras públicas, ultrapassaram-se todos os limites da evidente discriminação negativa desta região, fazendo acreditar que estas populações não têm direitos.

É hora de voltar a dizer que as pessoas do Sudoeste são pessoas com iguais direitos às restantes, devendo por isso aproveitar-se os recursos da Comunidade Europeia, que tantas imposições e directivas têm aplicado com impacto considerável na vida destas populações, para “desencravar” uma região que também tem direito ao desenvolvimento.

Há mais de 30 anos que tiveram início os primeiros estudos do prometido Itinerário Complementar 4 (IC4), que ligaria Sines a Lagos, servindo os concelhos de Odemira e Aljezur.

Por uma sequência de acontecimentos, indecisões e contradições acrescidas, por razões ambientais e políticas, a realidade rodoviária para as populações e empresas residentes e sediadas no eixo Sines-Odemira-Aljezur-Lagos espera e desespera pela almejada conclusão do IC4 que teimosamente termina em Bensafrim e aguarda pacientemente que o conclua até Sines, pese embora qualquer GPS “bem informado” indique aos condutores que já existe. Pura ilusão! Já não chega a dificuldade nas acessibilidades locais e todas as restrições ambientais que as populações locais suportam, senão a discriminação negativa de Odemira ser o único concelho do Litoral Português a não ter uma ligação do tipo IC, apesar da sua sede se situar a mais de 45 Km da A2.

Ou seja:

Numa região onde ocorrem diariamente grandes investimentos privados nos domínios Industrial – Sines, Florestal – Odemira, Agroalimentar – Perímetro de Rega do Mira, e turísticos – em toda a região; Numa região onde se exportam diariamente dezenas de milhões de euros de produção nacional e de produtos de valor acrescentado, e que este investimento pode e deve crescer;

Numa região onde existe um claro deficit de vias estruturantes nas ligações entre os centros produtores, os maiores centros urbanos e os grandes eixos rodoviários do País;

Numa região onde é enorme a dificuldade das pequenas e micro empresas desta zona do país, que se deslocam diariamente por necessidade de escala na procura de clientes e outros serviços;

....É evidente que a conclusão do Plano Rodoviário Nacional na região é vital para o seu crescimento económico e desenvolvimento sustentável!

Fora dos planos do Governo, e sem qualquer referência no relatório, o troço em falta para concluir o IC4, é uma via considerada por todos e muito em especial pelos empresários da região como absolutamente estruturantes, no desenvolvimento turístico, agroalimentar e na internacionalização económica da região.

## CONCLUSÃO

Neste quadro, não podem estes Autarcas, deixar de rejeitar veementemente as propostas deste Relatório, pois estas apontam o “remendar” de obras estruturantes para a região, condenando ao abandono da construção do IP8 entre Sines e Beja por Auto-estrada, e ignoram o troço em falta para concluir o IC4, uma via considerada por todos como absolutamente estruturantes, no desenvolvimento económico da região.

Sublinha-se que, para além das importantes questões económicas envolvidas neste tema, não foram tidos em conta pelos autores deste estudo, encomendado pelo Governo, os importantes e indispensáveis valores da segurança e da vida humana, e os anseios naturais de quem espera há vários anos por esta via estruturante.

Por outro lado, o mesmo relatório identifica como constrangimento a fraca conservação da rede secundária, e porque ainda há um conjunto de obras de proximidade que necessitam de ser concretizadas na região, desafiámos os diferentes agentes públicos e privados a estabelecerem compromissos e prioridades no investimento em infraestruturas que terá de ser realizado através do próximo PO Regional, numa parceria com o Governo e as autarquias locais.

Este é um momento decisivo Portugal e para a nossa região. O quadro comunitário que iremos executar até 2020 é fundamental para conseguirmos implementar uma estratégia de coesão territorial que permita conferir maior competitividade aos territórios de baixa densidade populacional. Desta forma, é importante que consigamos definir uma boa estratégia de investimentos de proximidade, realista e sustentável, que seja um compromisso de todos e não uma disputa de protagonismos!

Face ao contexto descrito, proponho que a Câmara Municipal de Odemira manifeste a sua discordância, em absoluto, com o relatório apresentado recentemente pelo grupo de trabalho para as infraestruturas de valor acrescentado (GTIEVA), o qual “vira costas” ao desenvolvimento do Sudoeste Alentejano, às suas pessoas e seus empreendedores, devendo ser corrigido de forma a não continuar a esquecer e a abandonar este território.

Mais, proponho, que deverá ser dado conhecimento do presente parecer e posição tomada ao público em geral, publicando-a no Site de Internet do Município, no Boletim Municipal, e em particular, às seguintes entidades:

- Presidente da República;
  - Presidente da Assembleia da República;
  - Primeiro-ministro;
  - Ministério da Economia;
  - Grupo de Trabalho das Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (GTIEVA);
  - Associações Empresariais da Região;
  - Assembleia Municipal de Odemira;
  - As Câmaras Municipais e Assembleias Municipais de Lagos, Aljezur, Sines e Ourique;
  - Comunidade Intermunicipal do Litoral Alentejano - CIMAL;
  - Assembleia Intermunicipal da CIMAL;
  - Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral – AMBAAL;
  - Assembleia Distrital de Beja.
- Odemira, 14 de fevereiro de 2014,  
O Presidente da Câmara Municipal de Odemira,  
José Alberto Guerreiro



# Abril em Odemira

2014 



**11/12** abr **Abril Mira Fest**, Espaço Jovem

**12** abr Teatro "**Loucura dos 50**", Cineteatro Camacho Costa

**13** abr **34º Circuito de Atletismo Vila de Odemira**

**24** abr Concerto com **TIAGO BETTENCOURT**, Largo Brito Pais | **Hastear da Bandeira**, Paços do Concelho | **Festival Piromusical**  
Concerto com **PEDRO ABRUNHOSA & Comité Caviar**, Largo Brito Pais

**25** abr **Sessão Solene da Assembleia Municipal**, Biblioteca Municipal | **Festival de Folclore**, Cerro do Peguinho  
Recital "**ZECA AFONSO, O CANTO DA UTOPIA**", Cineteatro Camacho Costa | Concerto com **DEOLINDA**, Largo Brito Pais

**26** abr **Encontro de Grupos Corais**, Jardim Sousa Prado | Teatro "**Os Pássaros**", com os grupos do concelho, Frente ao Tribunal  
Concerto com **Bandas Rock locais**, Largo Brito Pais

**27** abr Encenação "**O 25 de Abril Visto pelas Crianças**", Cineteatro Camacho Costa